SÃO LUÍS

Prefeitura e você, construindo um novo caminho

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

São Luís – MA
2013

PREFEITO DE SÃO LUÍS
Edivaldo de Holanda Braga Júnior

VICE-PREFEITO
Roberto Coelho Rocha

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Maria Sueli Lobo Bedê Freire

SECRETÁRIA ADJUNTA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Danielle Câmara Fernandes Nunes

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
Ana Karina Carvalho Cordeiro

CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Jairo Câmara de Carvalho Filho

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL:

GESTOR:
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
Manoel Pedro Castro

ELABORAÇÃO:
ASSESSORES DE PLANEJAMENTO FAZENDÁRIO
Lílian Lúcia Porto Ribeiro da Silva
Marconny Araujo Lima
Maria Cristina Jorge Andrade
Nair de Azevedo Goytacaz

COLABORAÇÃO:
COMITÊ DE QUALIDADE
Alaíze Silva Xavier de Souza

COMITÊ DE EDUCAÇÃO FISCAL
Antônio José Macatrão Lima

Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ
Tel. (98) 3212-8147; Fax. (98) 3231-5134
Avenida Guaxenduba, nº 1.455 – Bairro de Fátima
CEP 65015-560 – São Luís - MA
Sítio na Internet: http2://www.saoluis.ma.gov.br/fazenda

Este relatório é uma publicação da Secretaria Municipal da Fazenda. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.

Sumário

1. GESTÃO DE PESSOAS – LOTACIONOGRAMA 2013 2

Instrumento de organização com a finalidade de oferecer uma visão exata da disposição das pessoas que trabalham no âmbito da SEMFAZ, facilitando a coordenação dos talentos disponíveis e favorecendo possíveis remanejamentos ou reorganização da força de trabalho fazendário.

2. GESTÃO FINANCEIRA – RECEITAS 2013 35

Análise das Receitas Municipais 2013 referentes aos primeiros sete meses do exercício, com uso de dados de janeiro a julho contabilmente consolidados no Sistema Integrado de Orçamento Público – SIOP/GIAP da Prefeitura de São Luís e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2013.

Apresentam-se informações técnicas distribuídas entre comentários, tabelas e gráficos sobre Realização do Orçamento Anual, Comparativo Bienal, Ranking das Principais Receitas e Evidenciação da Dependência Financeira.

3. GESTÃO FAZENDÁRIA – AÇÕES 2013 50

Realizações da atual gestão da Secretaria Municipal da Fazenda voltadas à expansão da oferta de serviços públicos, investimentos sociais e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ, que é formular e implementar políticas tributárias para garantir o equilíbrio fiscal com qualificação e transparência dos gastos públicos.

4. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA FAZENDA MUNICIPAL 57

Informações mais específicas de algumas das recentes ações da Fazenda Municipal que se mostraram essenciais ao crescimento da receita própria tributária e ao saneamento das contas públicas, mesmo diante de desafios de conjuntura nacional que afetam a arrecadação em todas as esferas, mas principalmente dos municípios, como os impactos econômicos dos conflitos de mobilidade urbana, menor crescimento do PIB, avanço gradativo da inflação, aumento dos gastos do setor público, alta do dólar e menos investimentos externos.

De um lado, na área de Gestão Tributária, a SEMFAZ tem envidado esforços para o incremento da arrecadação dos impostos e taxas municipais, que possibilitam aumentar a capacidade de pagamentos e investimentos públicos. Por outro, na área de Gestão Administrativo-Financeira, a SEMFAZ tem implementado uma série de medidas buscando a regularização de suas obrigações, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira, tudo em prol do objetivo precípuo de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

1. GESTÃO DE PESSOAS - LOTACIONOGRAMA

Instrumento de organização com a finalidade de oferecer uma visão exata da disposição das pessoas que trabalham no âmbito da SEMFAZ, facilitando a coordenação dos talentos disponíveis e favorecendo possíveis remanejamentos ou reorganização da força de trabalho fazendário.

APRESENTAÇÃO

O Lotacionograma foi criado pelo Comitê de Qualidade da Secretaria Municipal da Fazenda –SEMFAZ, em parceria com a Secretaria Adjunta Administrativa Financeira, para proporcionar aos lideres da Instituição elementos sobre as lotações dos servidores da casa, em cada unidade administrativa, bem como as principais funções de cada área, consoante a posição no organograma da Secretaria.

Gab da Secretária		%
Comissionado Externo	9	60,00
Estatutário	6	40,00
TOTAL	15	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Secretaria Municipal	1	6,67
Chefe de Gabinete de Secretaria Municipal	1	6,67
Assessor de Planejamento Fazendário	1	6,67
Assistente Técnico de Nível Superior	1	6,67
Motorista	1	6,67
Agente Administrativo	2	13,33
Assistente Nível Médio	2	13,33
Assessor Técnico	1	6,67
Assistente Técnico	4	26,67
Assistente de Nível Médio	1	6,67
TOTAL	15	100

UNIDADES SUBORDINADAS À SECRETÁRIA

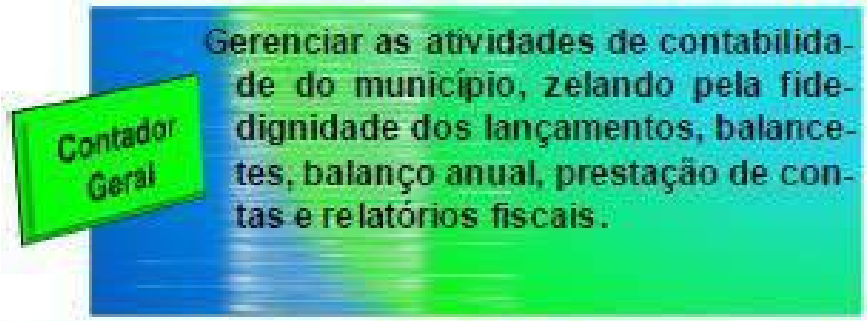
COMITÊ DE QUALIDADE

Dar apoio ao gerenciamento das unidades da SEMFAZ e à gestão do conhecimento, além de estimular o mapeamento, a disseminação e a incorporação de boas práticas administrativas.

Comitê de Qualidade/Educação Fiscal		%
Comissionado Externo	1	50,00
Estatutário	1	50,00
TOTAL	2	100

ATIVIDADES COM SUBORDINAÇÃO DIRETA À SECRETÁRIA

Comunicação		%
Comissionado Externo	1	50,00
Estatutário	1	50,00
TOTAL	2	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Assistente Técnico - Comunicação	1	50,00
Assistente de Nível Médio - Comunicação	1	50,00
TOTAL	2	100



Contador Geral do Município		%
Comissionado Externo	1	100,00
Estatutário	0	0,00
TOTAL	1	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Contador Geral	1	100,00
TOTAL	1	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

CCM

Órgão autônomo e auxiliar da Administração, competindo-lhe privativamente, processar e julgar, em segunda instância recursos interpostos das decisões da 1ª instância.

COMPOSIÇÃO

5 (Poder Executivo)
- Servidores da SEMFAZ
  Nível superior
  Notório saber no Sistema Tributário Nacional e Municipal

4 (Contribuintes)
- ACM
- FECOMERCIO
- FIEMA

LOTACIONOGRAMA DO C C M

Conselho de Contribuintes do Município		%
Comissionado Externo	1	11,11
Estatutário	8	88,89
TOTAL	9	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coord. Apoio da Câmara Recursal	1	11,11
Agente Administrativo	1	11,11
Assistente para Atividade Jurídica	1	11,11
Assistente de Apoio da Câmara Recursal	1	11,11
Assistente Téc. Memória e Documentação	2	22,22
Assistente Técnico de Protocolo	1	11,11
Auxiliar de Serviços Gerais	1	11,11
Assistente Técnico	1	11,11
TOTAL	9	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

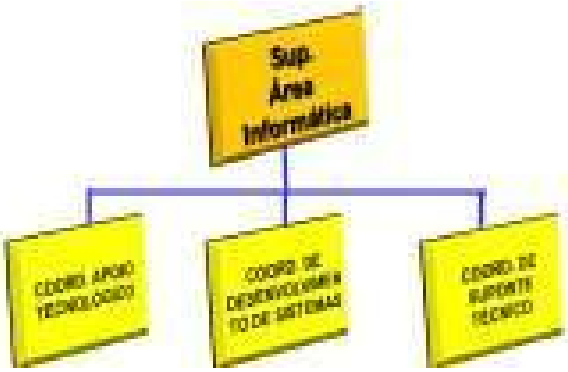
Sup. Exec. Plan. e Coord

Prestar assessoramento técnico na formulação e na implementação das políticas públicas de natureza fiscal, tributária, e de finanças, tais como: Relatório Anual de Gestão; Planejamento; Modernização; Racionalização de procedimentos; Clima organizacional; PPA, LDO, LOA; programação financeira; plano de treinamento e desenvolvimento dos servidores; acompanhamento da adequação da estrutura orgânica e funcional; redimensionamento das equipes e relotações; estudos para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal; Assessoramento técnico às demais unidades administrativas.

Sup. Exec. Planejamento de Coordenação		%
Comissionado Externo	8	72,73
Estatutário	3	27,27
TOTAL	11	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	9,09
Assessor de Planej. Fazendário	7	63,64
Assistente de Nível Médio	1	9,09
Assistente Técnico	1	9,09
Agente Administrativo	1	9,09
TOTAL	11	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA



Sup. Área Informática

Prestar suporte técnico às unidades usuárias, nas atividades de TI, de hardware e software, administrar a rede de computadores e zelar pela segurança dos sistemas informatizados.

Sup. Área de Informatica		%
Comissionado Externo	4	80,00
Estatutário	1	20,00
TOTAL	5	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	20,00
Coordenador	2	40,00
Assistente Técnico	1	20,00
Agente Administrativo	1	20,00
TOTAL	5	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

Ass. Rec. Transferidas

Acompanhar a arrecadação e o rateio dos tributos (federal e estadual); acompanhar e manter atualizada a legislação; realizar estudos do comportamento das receitas de tributos; relatórios gerenciais.

Assessoria de Receitas Transferidas		%
Comissionado Externo	1	100,00
Estatutário	0	0,00
TOTAL	1	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Chefe da Assessoria	1	100,00
TOTAL	1	100

Corregedoria

Garantir a qualidade e a probidade dos atos praticados por funcionários e outros colaboradores com atividades relacionadas com a arrecadação e fiscalização de tributos municipais.

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

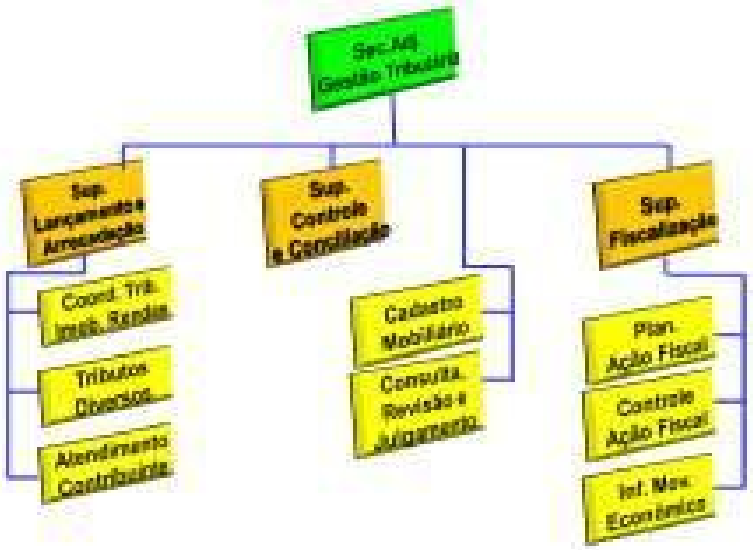
Ass. Jurídica

Assessoramento na aplicação e interpretação de dispositivos legais; revisão de propostas de atos normativos, contratos, editais de licitações, convênios etc; estudos e pesquisas sobre matérias de interesse jurídico; Emissão de parecer sobre os pedidos de isenção, de imunidade, ou de incidência de tributos municipais.

Assessoria Jurídica		%
Comissionado Externo	9	75,00
Estatutário	3	25,00
TOTAL	12	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Chefe da Assessoria	1	8,33
Secretária Executiva	1	8,33
Analista Jurídico	4	33,33
Analista Técnico	2	16,67
Agente Administrativo	2	16,67
Auditor Fiscal	1	8,33
Assistente Técnico	1	8,33
TOTAL	12	100

ESTRUTURA DA SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA - SAGT

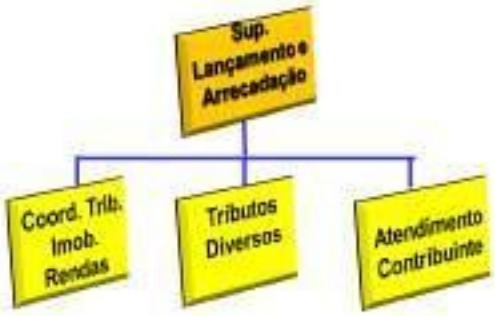


Sec.Adj. Gestão Tributária

Gerir o desenvolvimento das atividades de fiscalização, arrecadação, de lançamento dos tributos, controle e conciliação, cadastro mobiliário, revisão, consulta e julgamento dos processos impetrados em primeira instância, atendimento ao Contribuinte, sendo suas atribuições executadas pelas unidades programáticas que lhe são subordinadas.

Gab da Secretaria Adj. GestãoTributária		%
Comissionado Externo	4	57,14
Estatutário	3	43
TOTAL	7	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Secretária Adjunta	1	14,29
Secretária Executiva	2	28,57
Assistente de Nível Médio	1	14,29
Agente Administrativo	1	
Assistente Técnico	2	28,57
TOTAL	7	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO



- Lançamento e Arrecadação de tributos e rendas;
- Promover o arbitramento de tributos;
- Emitir parecer sobre processos relativos a recursos de Contribuintes, referente à reclamação de lançamentos, para julgamento em 1ª Instância;
- Acompanhar o comportamento da arrecadação dos maiores Contribuintes e dos maiores devedores;
- Zelar para um atendimento conclusivo, ágil e de qualidade;
- Solicitar ao Cadastro Imobiliário, revisão de campo de imóveis, para dar suporte à atualização dos lançamentos;
- Registrar incidência tributária, isenções, imunidades, remissões, impugnações e demais favores fiscais concedidos;
- Informar à Superint. de Fiscalização, sobre os Contribuintes com indícios de irregularidade fiscal/ tributária;
- Supervisionar a emissão e distribuição de DAM;
- Emitir parecer nos processos de confissões de dívidas.
- Expedir certidões de situação fiscal;
- Notificar Contribuintes;
- Informar à Superintendência de Conciliação e Controle, os contribuintes em débitos.

Sup. Área de Lanc. Arrecadação		%
Comissionado Externo	3	33,33
Estatutário	6	66,67
TOTAL	9	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	11,11
Secretária Executiva	1	11,11
Agente Administrativo	2	22,22
Assistente de Nível Médio	1	11,11
Assistente Técnico	3	33,33
Auxiliar de Serviços Gerais	1	11,11
TOTAL	9	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO

Coord. Trib. Imob. Rendas

- Planejar, coordenar, controlar e acompanhar o lançamento e a arrecadação de tributos imobiliários e rendas do Município;
- Analisar os parâmetros indicadores de arrecadação dos tributos imobiliários e rendas municipais;
- Proceder à notificação a Contribuintes, quanto aos lançamentos e divergências ocorridas nos recolhimentos dos tributos e rendas;
- Instruir, em conjunto com a Superintendência da Área, processos de defesa, consulta e devolução relativos aos tributos imobiliários e rendas;
- Providenciar, para os registros de resgates, transferências e averbação de terrenos foreiros nos livros legais;
- Solicitar revisão de campo de imóveis diagnosticada como necessária para dar suporte à atualização de lançamentos;
- Realizar a previsão da receita dos tributos e rendas;
- Assinar certidões e outros documentos pertinentes à Coordenadoria;
- Coordenar as operações do Posto de Atendimento ao Contribuinte do Viva Cidadã;
- Proceder ao lançamento da taxa de publicidade.

Coord. Trib. Imob e Rendas		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	8	100,00
TOTAL	8	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	12,50
Secretária Executiva	1	12,50
Agente Administrativo	3	37,50
Assistente Técnico	3	37,50
TOTAL	8	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO

Tributos Diversos

- Planejar, coordenar, controlar e acompanhar o lançamento e a arrecadação dos tributos mobiliários e taxas municipais;
- Implantar medidas de aperfeiçoamento do processo de lançamento e de arrecadação, visando à simplificação e racionalização;
- Notificar contribuintes quanto aos lançamentos e divergências ocorridas nos recolhimentos dos tributos;
- Instruir, em conjunto com a Superintendência da Área, processos de defesa, consulta e devolução relativos aos tributos;
- Assinar certidões e outros documentos pertinentes à área de atuação da Coordenadoria;
- Coordenar as operações dos Pontos de Atendimento ao Contribuinte, no âmbito de atuação da Coordenadoria;
- Analisar confissões de dívidas apresentadas à Área de Atendimento ao Contribuinte;
- Propor normas e procedimentos que visem ao aperfeiçoamento da sistemática de lançamento e da arrecadação;
- Manter atualizado o arquivo de leis, decretos, acórdãos, portarias, pareceres, despachos, e decisões de interesse da área;
- Integrar-se aos demais órgãos competentes da administração municipal com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de lançamento e arrecadação.

Coord. Trib. Diversos		%
Comissionado Externo	2	40,00
Estatutário	3	60,00
TOTAL	5	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	20,00
Assistente de Nível Médio	2	40,00
Agente Administrativo	1	20,00
Assistente Técnico	1	20,00
TOTAL	5	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO

Atendimento Contribuinte

- Gerenciar os serviços de Atendimento ao Contribuinte;
- Coordenar a emissão das certidões, observando as exigências legais;
- Coordenar a recepção de Declaração de Informações Municipais;
- Interagir com a Coordenadoria de Administração na disponibilização de recursos materiais, serviços gerais, limpeza, zeladoria e transporte;
- Zelar para que os serviços de protocolo dos Pontos de Atendimento ocorram de forma eficaz.
- Coordenar os serviços prestados nos Pontos de Atendimento, bem como avaliar os resultados na execução das suas tarefas;
- Gerenciar o atendimento do serviço de Plantão Fiscal, de telemarketing e Internet;
- Dar tratamento adequado às sugestões e críticas recepcionadas por meio de telemarketing, plantão fiscal e Internet;
- Aplica pesquisas diárias de satisfação dos serviços prestados, bem como receber sugestões para melhoria dos serviços;
- Manter-se informado quanto a soluções e/ou críticas prestadas às reclamações e/ou informações advindas do atendimento ao Contribuinte;
- Sugerir e apreciar toda e qualquer veiculação (telemarketing, Internet, panfletos, rádio e televisão, mala direta) de matéria para esclarecimentos aos Contribuintes.

Coord. de Atendimento		%
Comissionado Externo	5	31,25
Estatutário	11	68,75
TOTAL	16	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	6,25
Secretária Executiva	3	18,75
Agente Administrativo	3	18,75
Assistente Técnico	4	25,00
Assistente Nível Médio	4	25,00
Auxiliar de Serviços Gerais	1	6,25
TOTAL	16	100

LOTACIONOGRAMA DA SUP CONCILIAÇÃO

Sup. Área de Controle e Conciliação		%
Comissionado Externo	6	66,67
Estatutário	3	33,33
TOTAL	9	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	11,11
Assistente Técnico	3	33,33
Agente Administrativo	1	
Assistente de Nível Superior	4	44,44
TOTAL	9	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAGT

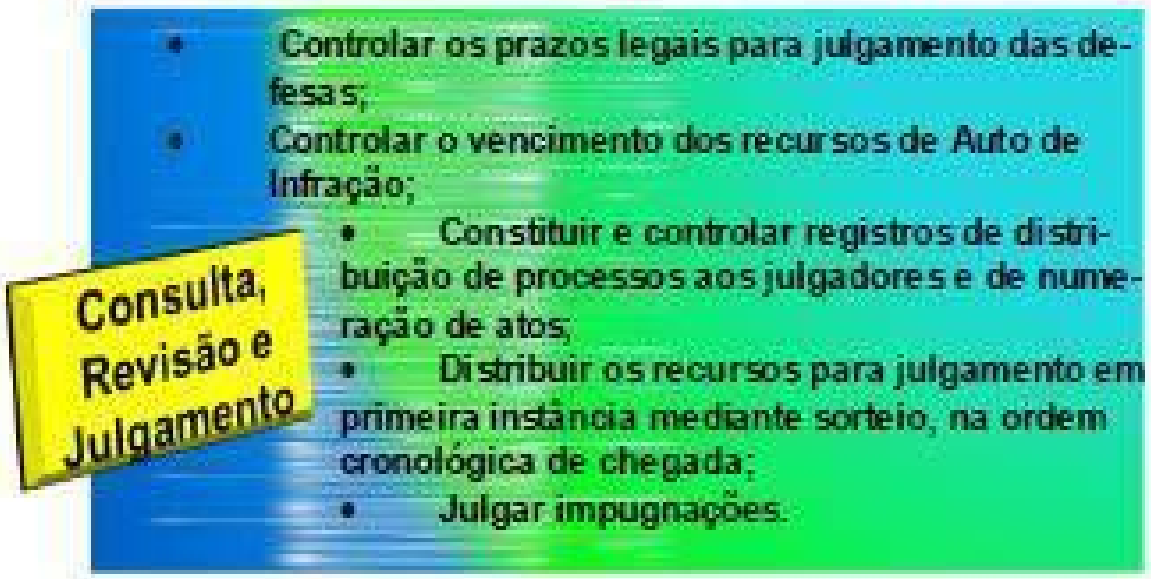
Cadastro Mobiliário

- Atualizar a Tabela de Atividades Econômicas, sugerindo agrupamento adequado;
- Realizar estatísticas e análise sobre o Cadastro Mobiliário;
- Proceder à inscrição/baixa cadastral de Contribuintes;
- Informar sobre o cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços constantes no Cadastro Mobiliário do Município;
- Proceder a desativação/reativação cadastral de Contribuintes, conf. determinações da Sup. de Fiscalização e da Adm. Supeñor;
- Solicitar à Sup. de Fiscalização diligências de ação fiscal para subsidiar decisões da área;
- Instruir processos para subsidiar as consultas internas e externas sobre o Cadastro Econômico;
- Homologar inscrições no Cadastro Mobiliário, após deferimento do Órgão Municipal de Urbanismo e da Vigilância Sanitária;
- Estabelecer interação com as demais áreas no propósito de aprimorar suas funções.

Coord. Cadastro Mobiliário		%
Comissionado Externo	6	66,67
Estatutário	3	33,33
TOTAL	9	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	11,11
Assistente Técnico	2	22,22
Secretária Executiva	1	11,11
Assistente de Nível Médio	5	55,56
TOTAL	9	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAGT

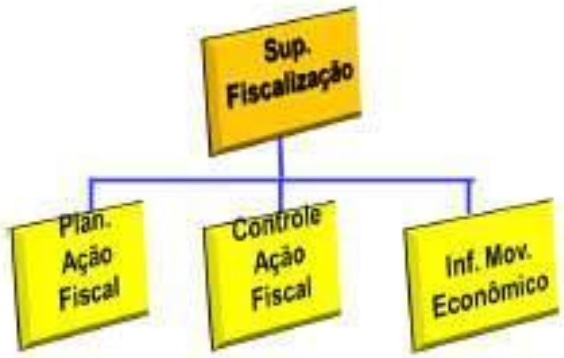
LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAGT



Coord. Consulta Revisão e Julgamento		%
Comissionado Externo	8	72,73
Estatutário	3	27,27
TOTAL	11	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	9,09
Julgador de 1ª Instância	6	54,55
Secretária Executiva	1	9,09
Assistente de Nivel Médio	2	18,18
Agente Administrativo	1	9,09
TOTAL	11	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO



Sup. Fiscalização

- Planejar, controlar e coordenar a ação fiscal de todos os tributos e rendas do Município;
- Auxiliar a Procuradoria Fiscal nas medidas inerentes a cobrança da Dívida Ativa.;
- Controlar e acompanhar os resultados da ação fiscalizadora;
- Autorizar a impressão, autenticação e a inutilização de Notas Fiscais.;
- Autorizar, bimestralmente, a relação de empresas a serem fiscalizadas;
- Autorizar a suspensão da cobrança de Autos de Infração que receberam defesa/recurso por parte dos Contribuintes, no prazo regulamentar;
- Assinar as Instruções de Serviços a serem distribuídas aos Auditores Fiscais, homologando-as;
- Superintender o cadastro de Declarações de Informações Municipais;
- Aprovar a apuração da produtividade dos Auditores Fiscais e encaminhar a Coord. de Administração;

Sup. Fiscalização

- Coordenar o controle de qualidade, antecedendo à conclusão da ação fiscal;
- Superintender o arrazoamento de processos de defesa e posterior encaminhamento para julgamento da Primeira Instância;
- Interagir com a área de Cadastro Econômico para manter atualizada a Tabela de Atividades Econômicas e incidência de Regimes Especiais de Escrituração e Recolhimento por Estimativa;
- Instituir sistemáticas de estatísticas sobre a atuação fiscal, encaminhando para Secretaria Adjunta;
- Encaminhar à Superint. de Controle e Conciliação, processos/dossiês com Autos de Infração com prazo de recurso vencido, para providências de cobrança;
- Aprovar a desativação/reativação de Contribuintes, em cumprimento aos pareceres dos Auditores Fiscais e da Administração Superior;
- Assinar certidões e outros documentos pertinentes a sua área de atuação.

Sup. Área de Fiscalização		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	52	100,00
TOTAL	52	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	1,92
Auditor Fiscal	44	84,62
Auxiliar de Serviços Gerais	1	1,92
Assistente de Nível Médio	2	3,85
Agente Administrativo	4	7,69
TOTAL	52	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

Plan. Ação Fiscal

- Planejar e organizar, junto à Superintendência da Área, as atividades a serem fiscalizadas no exercício;
- Subsidiar a Superintendência da Área de Fiscalização com dados e estatísticas, constando a relação de empresas a serem fiscalizadas no mês;
- Sugerir a formação e a composição de grupos para os projetos específicos e tarefas internas e externas de fiscalização e plantão Fiscal;
- Elaborar, mensalmente, os projetos da ação fiscal e emitir as Instruções de Serviço correspondentes;
- Manter sintonia com a Coordenadoria de Controle da Ação Fiscal, visando avaliar os resultados da programação e subsidiar planejamentos futuros;
- Acompanhar, permanentemente, os resultados da ação fiscal, de modo a avaliar a performance da programação;
- Adotar normas e procedimentos para a efetiva fiscalização dos Contribuintes, observando as periodicidades;
- Designar, em conjunto com a Superintendência da Área, Auditores Fiscais para as diligências solicitadas;
- Manter registro dos processos de diligências, quanto ao início e conclusão da ação fiscal, recepcionando-os e encaminhando-os à Coord. de Controle da Ação Fiscal;
- Sugerir portarias de enquadramento de Contribuintes no regime de recolhimento por estimativas;
- Assinar instruções de serviços e outros documentos pertinentes à área.

Coord. de Planej. Ação Fiscal		%
Comissionado Externo	3	75,00
Estatutário	1	25,00
TOTAL	4	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	25,00
Assistente Técnico	1	25,00
Secretária Executiva	2	50,00
TOTAL	4	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

Controle Ação Fiscal

- Controlar as informações resultantes dos levantamentos e relatórios obtidos, coordenando o registro, a consistência, a tabulação e as estatísticas decorrentes;
- Relatar o cruzamento de dados obtidos da Declaração Mensal de Serviços - DMS, prestada pelos Contribuintes, tomadores e prestadores de serviços;
- Acompanhar os Autos de Infração pagos no prazo previsto em Lei e encaminhá-los à Superintendência de Fiscalização;
- Implantar a suspensão da cobrança dos Autos de Infração que recebem recursos impetrados, encaminhando-os ao autor dos feitos, por meio da Superintendência da área;
- Assinar mapa de produtividade fiscal e ofício de cobrança referente aos autos de infração;
- Arquivar e manter atualizados, para pronta consulta, as leis, decretos, acórdãos, portarias, pareceres, despachos, e decisões de interesse da área.

Coord. de Controle da Ação Fiscal		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	3	100,00
TOTAL	3	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	33,33
Assistente Técnico	1	33,33
Téc. Municipal Nível Médio - Contabilidade	1	33,33
TOTAL	3	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

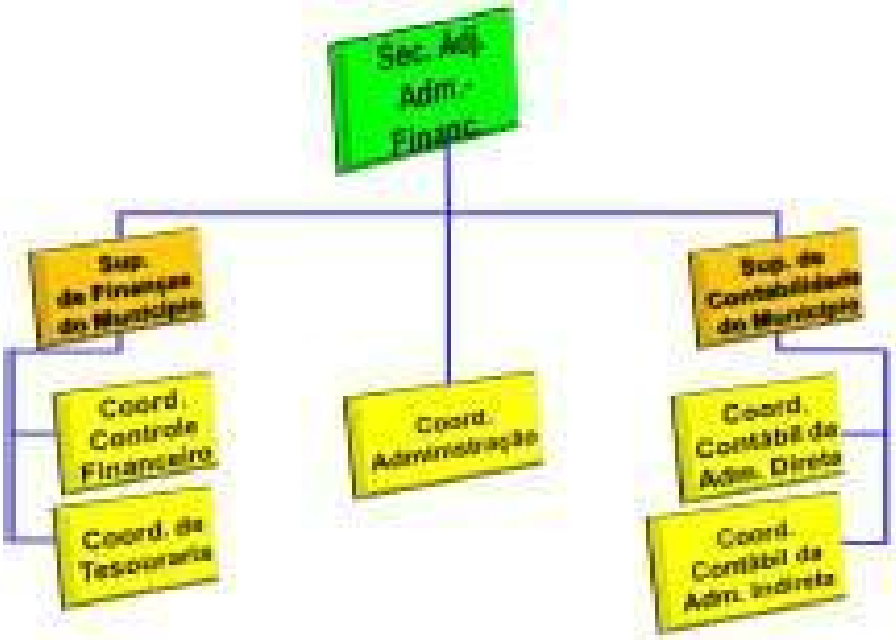
Inf. Mov. Econômico

- Conhecer os programas de fiscalização;
  - Analisar os relatórios de lançamentos e da arrecadação provenientes da Superintendência da Área de Lançamento e Arrecadação;
  - Fornecer subsídios para estudos econômicos e tributários em atendimento às necessidades da Secretaria;
- Efetuar estudos e oferecer propostas de alteração da legislação tributária municipal;
- Realizar estudos permanentes sobre as atividades geradoras de ISS;
- Analisar a relação dos maiores Contribuintes;
- Efetuar análise sobre os resultados da ação fiscal e a arrecadação efetiva;
- Assinar relatórios e autorizações de impressão de documentos fiscais -AIDF;
- Manter arquivo atualizado de leis, decretos, acórdãos, portarias, pareceres, despachos, e decisões de interesse da área.

Coord. de Inf. do Mov. Econômico		%
Comissionado Externo	1	50,00
Estatutário	1	50,00
TOTAL	2	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	50,00
Agente Administrativo	1	50,00
TOTAL	2	100

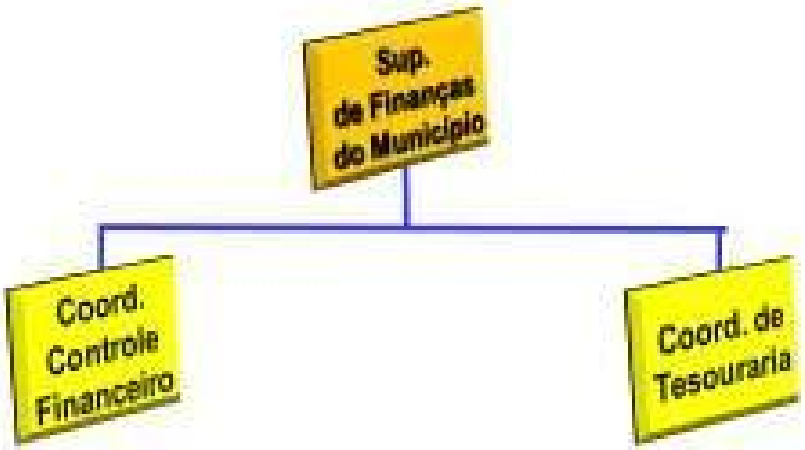
ESTRUTURA DA SECRETARIA ADJUNTA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA - SAAF



Gab da Secretaria Adj. Adm. Financeira		%
Comissionado Externo	2	50,00
Estatutário	2	50,00
TOTAL	4	100

ESPECIFICAÇÃO	QT	%
Secretária Adjunta	1	25,00
Secretária Executiva	2	50,00
Assistente de Nível Superior	1	25,00
TOTAL	4	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FINANÇAS



Sup. de Finanças do Município

- Planejar, acompanhar e dirigir a execução das atividades de planejamento financeiro;
- Controlar a Dívida Pública Municipal e o Planejamento de desembolso de recursos da adm. Direta;
- Acompanhar a evolução do fluxo de caixa observando os prazos e normas em vigência;
- Elaborar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso submetendo-a ao Secretário Adj. da Área;
- Avaliar, bimestralmente, a efetiva execução da programação financeira;
- Cumprir a ordem cronológica dos pagamentos de sentenças judiciais;
- Acompanhar a execução extra-orçamentária e orçamentária apurando as causas das diferenças;
- Preparar, diariamente, boletins de movimento financeiro e encaminhá-los, juntamente com outros, à contabilidade;
- Conferir e efetuar os pagamentos de despesas conf. a disponibilidade do Município;
- Controlar os gastos e os encargos gerais da SEMFAZ;
- Efetuar controle de pagamento das contas de recursos com destinação específica;

ESTRUTURA DA ÁREA DE FINANÇAS

Sup. de Finanças do Município

- Fornecer suprimentos de fundo a outros órgãos da administração municipal, sempre que for necessário;
- Contatar com os estabelecimentos bancários em assuntos de sua competência;
  - Controlar os extratos das contas vinculadas a convênios, a fim de que, em tempo hábil, possam ser fornecidos ao órgão encarregado da prestação de contas dos mencionados convênios.
  - Controlar a requisição de talões de cheques aos bancos e a emissão de cheques para pagamentos autorizados;
- Controlar a movimentação das contas da Secretaria Municipal nos estabelecimentos de crédito;
- Controlar os depósitos efetuados em estabelecimentos de créditos;
- Atualizar os saldos das contas, mediante obtenção dos extratos, e elaborar as conciliações;
- Informar a disponibilidade de saldos bancários ao Secretário Adjunto;
- Promover a manutenção, atualização e escrituração do movimento de caixa e preparar os comprovantes às operações realizadas;
- Promover a manutenção dos registros de títulos e valores sob sua guarda;
- Informar a existência de dotações em processos licitatórios;
- Analisar, registrar e controlar os adiantamentos, bem como os prazos de prestação de contas.

ESTRUTURA DA ÁREA DE FINANÇAS

DEO		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	5	100,00
TOTAL	5	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	20,00
Assistente Técnico de Nível Superior	1	20,00
Agente Administrativo	3	60,00
TOTAL	5	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF

Sup. de Contabilidade do Município

- Planejar, coordenar, controlar e acompanhar as atividades contábeis;
- Coordenar e organizar a escrituração dos lançamentos orçamentário, contábil, financeiro e patrimonial;
- Controlar e promover a escrituração dos créditos adicionais abertos;
- Coordenar a elaboração do balanço, dos balancetes mensais, da execução orçamentária e das operações extra-orçamentárias;
- Analisar os controles, registros e demonstrações, apurações de relatórios contábeis e extra-contábeis;
- Analisar e atualizar os sistemas de custos da administração municipal;
- Conciliar as contas dos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial;
- Coordenar as prestações de contas de recursos com destinação específica, inclusive de convênios;
- Registrar os atos e fatos atualizados dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por numerário, valores e bens públicos;

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF

Sup. de Contabilidade do Município

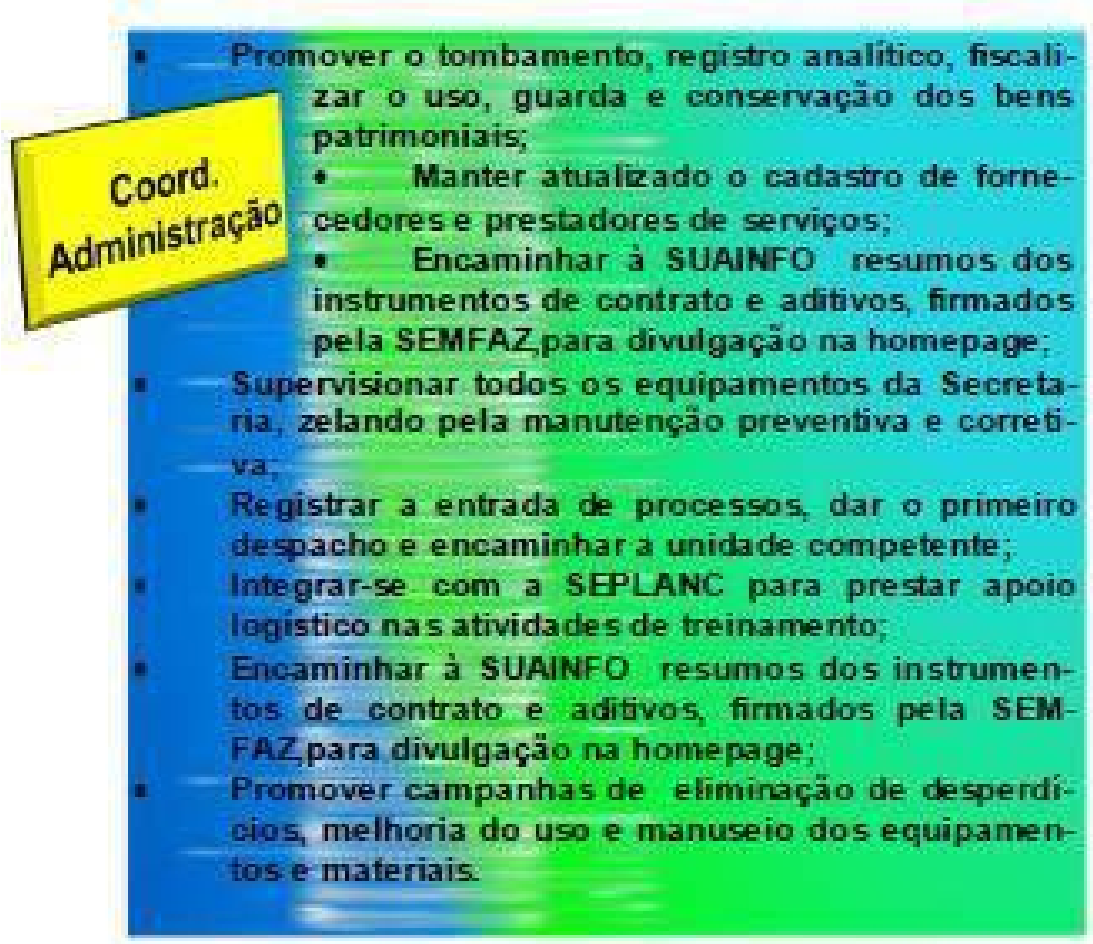
- Elaborar os balancetes de receitas e despesas;
- Supervisionar as atividades técnico-contábeis para atualizar os registros dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por numerários, valores e bens públicos;
- Contabilizar os serviços da dívida pública, juros, amortização e resgates, assim como, as participações financeiras;
- Manter controle dos documentos de receita e despesas do sistema financeiro (extra-orçamentário), bem como dos processos pagos por cheques.
- Encaminhar, à SUAINFO, informações relativas ao montante de cada um dos tributos arrecadados; da execução do seu orçamento existente; de receitas e despesas; balanços orçamentários para divulgação na homepage;
- Supervisionar a emissão dos relatórios exigidos pela legislação fiscal vigente;
- Acompanhar a execução dos serviços de processamento de dados, relativos à contabilidade;
- Manter controle da classificação e escrituração dos diversos órgãos.

Sup. Área de Contabilidade		%
Comissionado Externo	1	11,11
Estatutário	8	88,89
TOTAL	9	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	11,11
Coordenador	2	22,22
Auditor Fiscal	1	11,11
Téc. Municipal Nivel Médio - Contabilidade	1	11,11
Agente Administrativo	3	33,33
Assistente Técnico	1	11,11
TOTAL	9	100

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF



Coordenadoria de Administração		%
Comissionado Externo	4	18,18
Estatutário	18	81,82
TOTAL	22	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Coordenador	1	4,55
Agente Administrativo	12	54,55
Assistente Técnico	5	22,73
Assistente Nível Médio	1	4,55
Téc. Municipal Nível Médio - Contabilidade	1	4,55
Motorista	1	4,55
Vigia	1	4,55
TOTAL	22	100

LOTACIONOGRAMA DAS ATIVIDADES SUBORDINADAS AO - CAD

Coordenadoria de Administração - Material		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	6	100,00
TOTAL	6	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Agente Administrativo	5	83,33
Assistente de Nível Médio	1	16,67
TOTAL	6	100

Coordenadoria de Administração - Biblioteca		%
Comissionado Externo	1	25,00
Estatutário	3	75,00
TOTAL	4	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Agente Administrativo	2	50,00
Assistente Técnico	2	50,00
TOTAL	4	100

Coordenadoria de Administração - Serviços Gerais		%
Comissionado Externo	2	13,33
Estatutário	13	86,67
TOTAL	15	100
ESPECIFICAÇÃO	QT	%
Agente Administrativo	2	13,33
Assistente Técnico	1	6,67
Secretária Executiva	1	6,67
Auxiliar de Serviços Gerais	11	73,33
TOTAL	15	100

LOTACIONOGRAMA DAS ATIVIDADES SUBORDINADAS AO - CAD

Coordenadoria de Administração - Transporte		%
Comissionado Externo	3	60,00
Estatutário	2	40,00
TOTAL	5	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Assistente Técnico	2	40,00
Assistente Técnico de Nível Superior	1	20,00
Motorista	2	40,00
TOTAL	5	100

Coordenadoria de Administração - Arquivo		%
Comissionado Externo	1	20,00
Estatutário	4	80,00
TOTAL	5	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Agente Administrativo	4	80,00
Assistente de Nível Médio	1	20,00
TOTAL	5	100

Coordenadoria de Administração - Recepção		%
Comissionado Externo	2	33,33
Estatutário	4	66,67
TOTAL	6	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Agente Administrativo	3	50,00
Secretária Executiva	2	33,33
Auxiliar de Serviços Gerais	1	16,67
TOTAL	6	100

LOTACIONOGRAMA DAS ATIVIDADES SUBORDINADAS AO - CAD

Comissão de Formaliz. de Processo Licitatório		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	3	100,00
TOTAL	3	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Assistente Técnico	1	33,33
Agente Administrativo	2	66,67
TOTAL	3	100

Servidores Cedidos		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	2	100,00
TOTAL	2	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Auditor Fiscal	2	100,00
TOTAL	2	100

2. GESTÃO FINANCEIRA - RECEITAS 2013

Análise das Receitas Municipais do exercício 2013, com uso de dados de janeiro a dezembro contabilmente consolidados no Sistema Integrado de Orçamento Público – SIOP/GIAP da Prefeitura de São Luís e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2013.

Apresentam-se informações técnicas distribuídas entre comentários, tabelas e gráficos sobre Realização do Orçamento Anual, Comparativo Bienal, Ranking das Principais Receitas e Evidenciação da Dependência Financeira.

2. GESTÃO FINANCEIRA - Receitas 2013

2.1. Realização do Orçamento

Verificação do percentual de ingresso das receitas até o período em análise, considerando o valor total previsto para o exercício e a meta linear de realização proporcional para cada classe, grupo, subgrupo ou rubrica.

- RECEITA TOTAL

Ao final de 2013 ingressaram R$ 2,089 bilhões (83%) do total de R$ 2,530 bilhões da Receita Municipal orçada para todo o ano. As Receitas de Capital registraram somente 2% do total de R$ 318 milhões previsto para o exercício em Operações de Crédito e Transferências de Capital, o que significa pouco mais de R$ 6,3 milhões. Observa-se que as operações de crédito (financiamentos/empréstimos), alienações (venda de terrenos) e transferências de capital não se concretizaram de forma regular. Já as Receitas Correntes registraram 94% (R$ 2,173 bilhões) de realização orçamentária no período em análise e, dada sua composição mais complexa, são comentadas mais detalhadamente a seguir.

- RECEITAS CORRENTES

Em 2013, as subclasses de Receitas Correntes registraram percentuais de realização diversificados. O destaque ficou para a Receita de Contribuições, que já ultrapassaram o previsto para todo o ano, alcançando 107% de realização. As Transferências, com 99% de realização, também obtiveram desempenho de destaque. As demais subclasses de receitas correntes registraram os seguintes percentuais de realização: Tributária e Outras Receitas Correntes (82%, cada), Patrimonial (57%) e Serviços (38%).

- RECEITA TRIBUTÁRIA

Na Receita Tributária, os Impostos alcançaram quase 83% (R$ 498 milhões) do total orçado para 2013 (R$ 603 milhões). A proporção em que o IRRF se realizou foi de 88%, cabendo ressaltar que, embora classificada entre as receitas tributárias, esta receita é, originalmente, uma transferência constitucional. O ITBI atingiu 96% (R$ 22,4 milhões) da previsão anual. O IPTU alcançou o percentual de 87,4% (R$ 44 milhões) dos R$ 50,2 milhões previstos em orçamento. Importante ressaltar que esta última se trata de uma receita sazonal, cuja arrecadação se concentra mais no primeiro semestre em virtude do mês de vencimento da cota única ou primeira parcela do tributo, que, neste ano, ocorreu ao final de maio. O ISSQN alcançou realização de 81% (R$ 389 milhões) dos mais de R$ 480 milhões previstos para o ano.

Dentre as Taxas, a Licença para Funcionamento (Alvará expedido pela SEMFAZ), que é a mais significativa em valores absolutos (representou 50% do total da categoria), registrou realização de 68% (R$ 7,2 milhões) do previsto em orçamento. O pico de arrecadação do tributo ocorreu no seu vencimento anual, que é o mês de março.

- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

As Contribuições Sociais, representadas pelos recolhimentos do servidor municipal ao regime próprio de previdência social (RPPS), registraram 95% (R$ 64 milhões) de realização do orçamento de 2013. Registre-se que houve um ingresso atípico em janeiro de receitas competentes a dezembro do ano anterior. A Contribuição de Iluminação Pública – CIP, já registrou mais de 120% de realização dos recursos previstos em orçamento no total de R$ 70 milhões. Tratando-se de uma receita de repasse mensal regular, causou espécie o percentual acima da meta linear, mas sabe-se que isto ocorreu em função da contabilização, em janeiro de 2013, de parte dos recursos competentes a dezembro de 2012. Ressalte-se, também, que esta é uma receita vinculada exclusivamente aos gastos com o sistema de iluminação pública do município, administrado pelo Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUMIP.

- RECEITA PATRIMONIAL

Na Receita Patrimonial, a de Valores Imobiliários (Foros, Laudêmios e Aluguéis) registrou 118% de realização do orçamento de 2013. A receita patrimonial de Valores Mobiliários (remuneração de depósitos bancário e rendimentos de investimentos) alcançou somente 56% de realização do total previsto para o ano.

- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Considerando as subclasses de Receitas Transferidas quanto à realização do orçamento, observou-se que as Transferências Federais registraram pouco mais de 100% (R $ 726 milhões) do total de R$ 725 mi orçado para o exercício. As Transferências do Estado alcançaram o percentual de 94% (R$ 470 milhões) de realização do valor (R$ 499 milhões) previsto para o ano de 2013. As Transferências Multigovernamentais – FUNDEB registraram quase 112% de realização, que é a média da realização dos recursos que as compõem: Valor principal do fundo (121%) e a complementação da União (102%). As Transferências de Convênios, cuja

realização é normalmente irregular e depende das definições específicas de cada instrumento convenente, registraram 17% (R$ 2,2 milhões) do valor previsto (R$ 13 milhões) para todo o ano de 2013.

Dentre as principais Transferências da União, observou-se que a cota-parte do FPM registrou 95% (R$ 381 milhões) de realização de toda a expectativa para esta receita no exercício (R$ 402 milhões), devendo-se atentar para os efeitos das ações do governo central para estímulo ao crescimento econômico por meio da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que compõe a base de cálculo desta transferência juntamente com o Imposto de Renda. Os recursos do SUS realizaram 104% (R$ 292 milhões) do orçamento de 2013 para este subgrupo de receita, que era de R$ 280 milhões. Os recursos provenientes dos fundos nacionais de Assistência Social (FNAS) e de Desenvolvimento da Educação (FNDE) alcançaram realização de 130% e 104%, respectivamente. O ICMS-Desoneração se realizou de forma acumulada em abril e significou 89% da previsão anual, e o FEP, relacionado aos Royalties do Petróleo, em voga no cenário nacional, também chegou a 89% de realização da estimativa oficial para o ano de 2013.

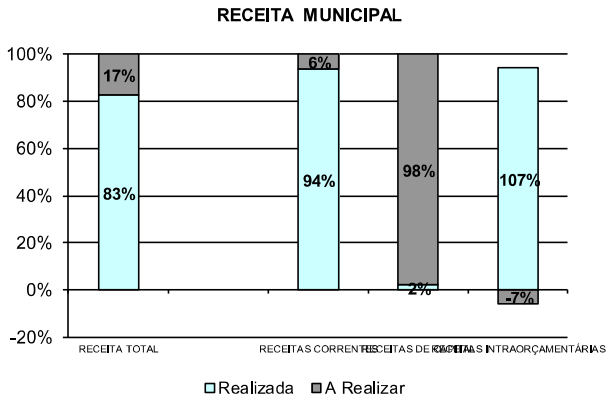
Nas Transferências do Estado, a principal delas - a cota-parte do ICMS - realizou-se na ordem de 97% (R$ 396 milhões). A cota-parte do IPVA alcançou realização de 84% (R$ 67 milhões) do que foi previsto para o ano de 2013 (R$ 80 milhões). Esta receita é de arrecadação sazonal – maior parte concentrada no primeiro quadrimestre, em razão do vencimento do tributo, que é definido pelo Estado do Maranhão, e merece atenção quanto aos reflexos que possa estar receber dos benefícios fiscais para o setor automotivo, em decorrência da política econômica nacional, que tem conferido isenções de impostos para indústrias. A cota-parte do IPI-Exp realizou 93% (R$ 4,2 milhões) do total orçado para o exercício. Tal recurso tem registrado histórica redução nos últimos anos, sobretudo pelos reflexos dos incentivos fiscais para o setor automotivo e produtos da linha branca (indústrias, comércio e serviços).

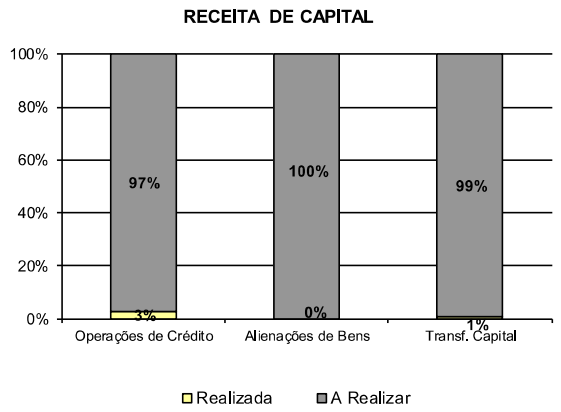
Importante registrar a importância das cotas-partes do FPM e do ICMS, que são recursos ordinários, isto é, à disposição dos gestores públicos sem vínculos a despesas específicas, conferindo maior versatilidade em sua utilização na gestão financeira da Administração pública municipal. Ao contrário do SUS e do FUNDEB, que são exemplos de recursos vinculados a despesas, no caso, à função saúde e educação, respectivamente.

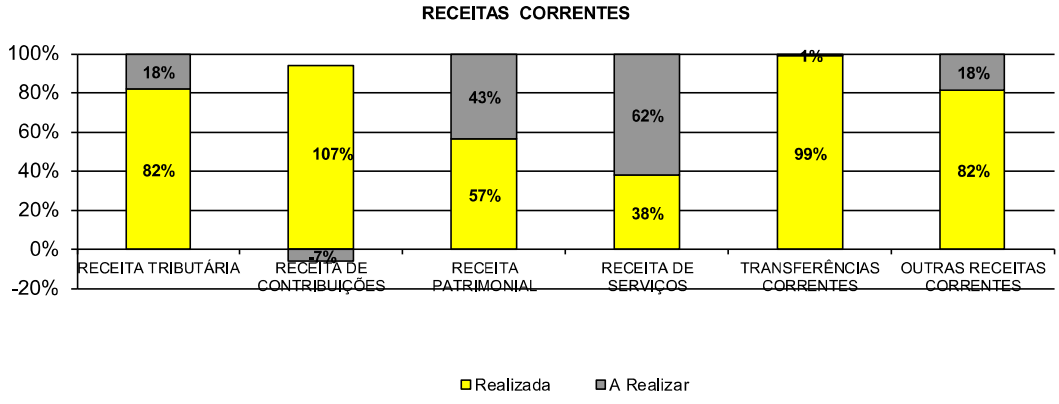
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES

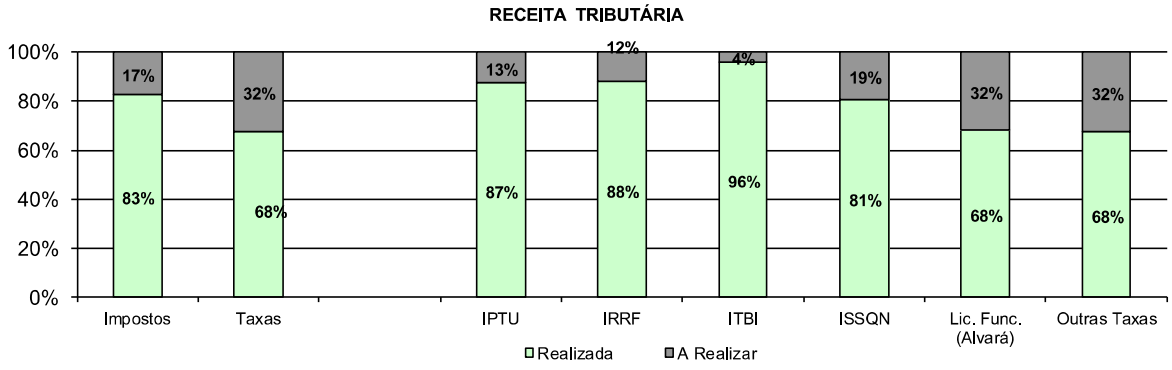
As Multas e Juros de Mora, cuja maioria das fontes tem realização irregular ao longo do ano, alcançaram realização de 92% (R$ 21,2 milhões) no período em análise, considerando o total (R$ 23 milhões) previsto para o exercício de 2013. Destacando-se as Multas de Trânsito, que correspondem a 30% deste grupo de receitas e ingressou na ordem de 60% (R$ 6,3 milhões) da estimativa anual de R$ 10,5 milhões. Já a Dívida Ativa, com 107% de realização, ficou além do previsto para o período em função de ações voltadas para a recuperação de créditos fiscais.

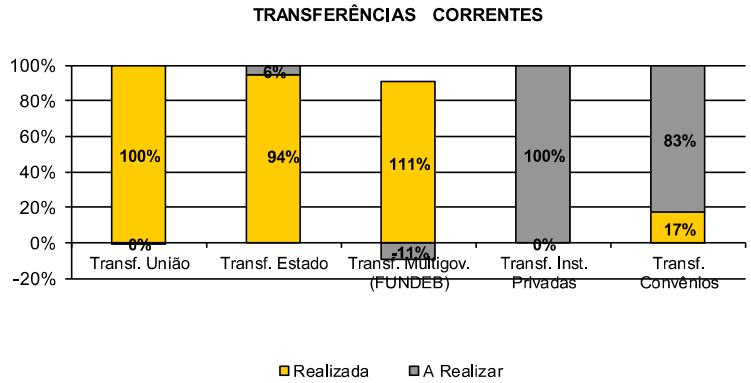
A seguir, gráficos demonstrativos da realização da receita X orçamento anual:

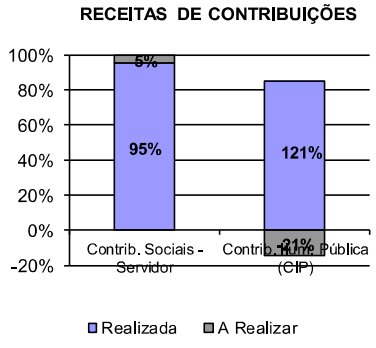

RECEITA MUNICIPAL
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
17%
83%
6%
94%
98%
2%
107%
-7%
RECEITA TOTAL
RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS
Realizada
A Realizar

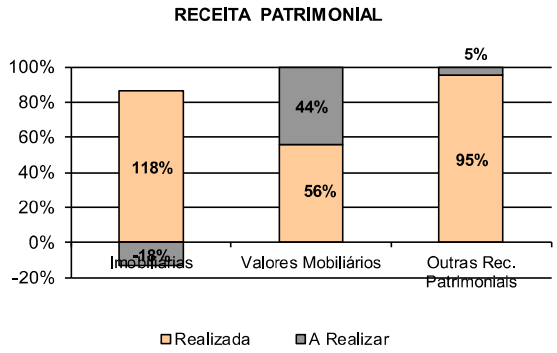

RECEITA DE CAPITAL
100%
80%
60%
40%
20%
0%
97%
3%
100%
0%
99%
1%
Operações de Crédito
Alienações de Bens
Transf. Capital
Realizada
A Realizar

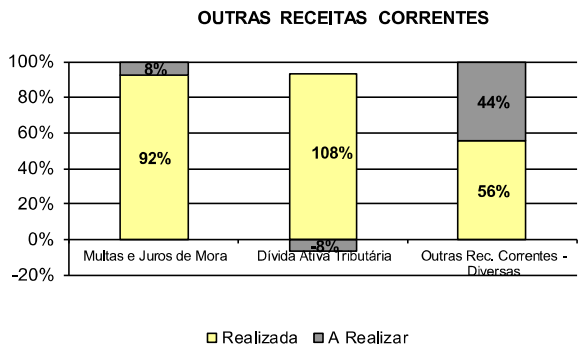

RECEITAS CORRENTES
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
18%
82%
107%
-7%
43%
57%
62%
38%
1%
99%
18%
82%
RECEITA TRIBUTÁRIA
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
RECEITA PATRIMONIAL
RECEITA DE SERVIÇOS
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
OUTRAS RECEITAS CORRENTES
Realizada
A Realizar

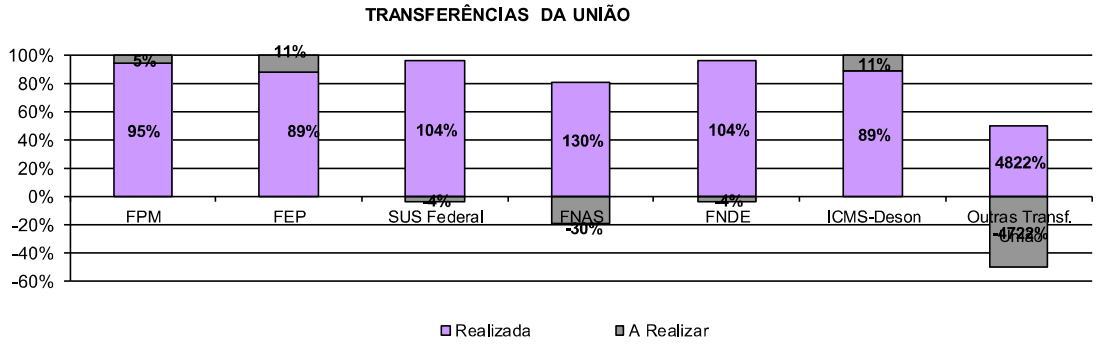

RECEITA TRIBUTÁRIA
100%
80%
60%
40%
20%
0%
17%
83%
32%
68%
13%
87%
12%
88%
4%
96%
19%
81%
32%
68%
32%
68%
Impostos
Taxas
IPTU
IRRF
ITBI
ISSQN
Lic. Func. (Alvará)
Outras Taxas
Realizada
A Realizar

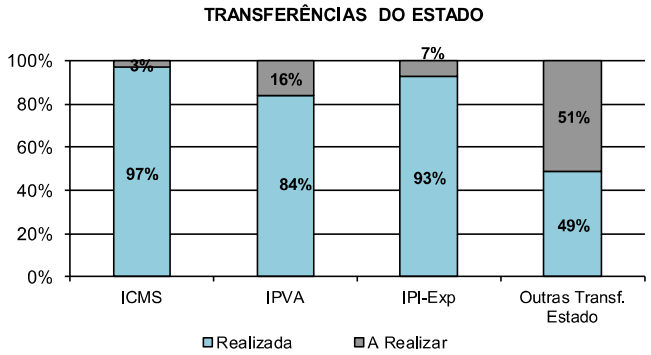

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
100%
0%
6%
94%
111%
-11%
100%
0%
83%
17%
Transf. União
Transf. Estado
Transf. Multigov. (FUNDEB)
Transf. Inst. Privadas
Transf. Convênios
Realizada
A Realizar

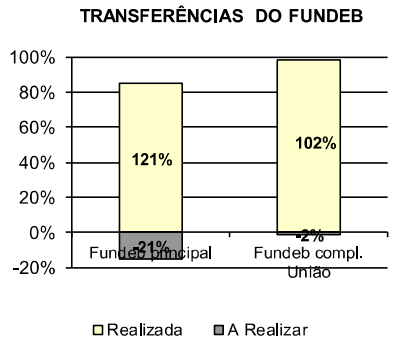

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
5%
95%
121%
-21%
Contrib. Sociais - Servidor
Contrib. Iluminação Pública (CIP)
Realizada
A Realizar

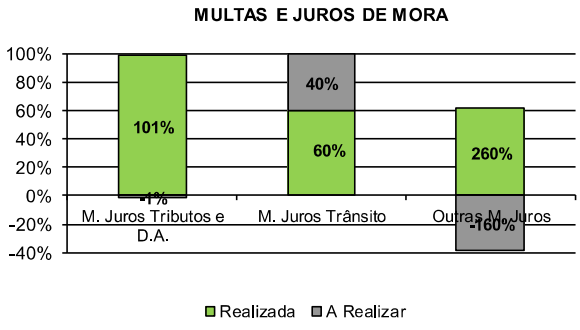

RECEITA PATRIMONIAL
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
118%
-18%
44%
56%
5%
95%
Imobiliárias
Valores Mobiliários
Outras Rec. Patrimoniais
Realizada
A Realizar


OUTRAS RECEITAS CORRENTES
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
8%
92%
108%
-8%
44%
56%
Multas e Juros de Mora
Dívida Ativa Tributária
Outras Rec. Correntes - Diversas
Realizada
A Realizar


TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
-40%
-60%
5%
95%
11%
89%
104%
-4%
130%
-30%
104%
-4%
11%
89%
4822%
-4723%
FPM
FEP
SUS Federal
FNAS
FNDE
ICMS-Deson
Outras Transf. União
Realizada
A Realizar


TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO
100%
80%
60%
40%
20%
0%
3%
97%
16%
84%
7%
93%
51%
49%
ICMS
IPVA
IPI-Exp
Outras Transf. Estado
Realizada
A Realizar


TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
121%
-21%
102%
-2%
Fundeb principal
Fundeb compl. União
Realizada
A Realizar


MULTAS E JUROS DE MORA
100%
80%
60%
40%
20%
0%
-20%
-40%
101%
-1%
40%
60%
260%
-160%
M. Juros Tributos e D.A.
M. Juros Trânsito
Outras M. Juros
Realizada
A Realizar

2.2. Comparativo Bienal

Resultado real da comparação entre os valores atualizados de iguais períodos do ano atual e do anterior.

- RECEITA TOTAL

A comparação do total das Receitas Municipais arrecadadas em 2013 (R$ 2,153 bilhões) com as de 2012 (R$ 2,132 milhões), considerada a inflação, resultou num crescimento de 1%, ou R$ 21,8 milhões a mais para os cofres públicos. Para esta mesma comparação, o resultado das Receitas Correntes foi de 1,2%, significando um acréscimo de R$ 27 milhões. A Receita de Capital registrou 82% de decréscimo. As Receitas Intraorçamentárias, registraram acréscimo real de 42%, ou R$ 24 milhões, em virtude, por exemplo, do cômputo de receitas referentes ao parcelamento de débito do regime próprio de previdência social.

- RECEITAS CORRENTES

A Receita Tributária registrou decréscimo real de -4,5%, ou -R$ 25 milhões, se comparados os números da arrecadação de 2013 e 2012, descontada a inflação. As Receitas de Contribuições operaram acréscimo real de 29%, ou mais de R$ 31 milhões. A Receita Patrimonial decresceu quase -35%, que corresponderam a -R$ 10 milhões de redução. As Receitas de Serviços registraram -56% de decréscimo real, ou -R$ 95 mil de perdas. As Transferências Correntes registraram crescimento real de 0,9%, ou cerca de R$ 13 milhões de aumento. As Outras Receitas Correntes operaram aumento real acima de R$ 17 milhões atualizados (34%).

- RECEITA TRIBUTÁRIA

O IPTU, numa comparação entre 2013 e 2012, registrou acréscimo real de 6%, ou R$ 2,6 milhões de incremento. O vencimento da cota única ou primeira parcela, que normalmente marcam o pico de arrecadação do imposto, ocorreu ao final de maio, com repercussões em junho. Em 2012, o pico foi em abril com repercussões em maio. O IRRF apresentou incremento de 3%, totalizando R$ 1,3 milhão de acréscimo, devendo-se ressaltar que houve folha de antecipação de 13º salário em maio e acúmulo de férias na folha em junho. O ITBI registrou o maior incremento entre os impostos: 14%, ou R$ 2,9 milhões. E o ISSQN, que é o principal tributo e a principal fonte individual de receita em valores absolutos, registrou arrecadação total de R$ 401 milhões em 2013, contra R$ 433 milhões em 2012, significando decréscimo real de -7%, ou quase -R$ 32 milhões de redução, numa sinalização de menor ocorrência de serviços no município, especialmente as contratações de grandes empresas relacionadas às atividades de mineração e energia.

Em relação às Taxas, a arrecadação de 2013 foi de quase R$ 15 milhões, equivalendo a um resultado (4,3%), já que, em 2012, a arrecadação do mesmo período foi de R$ 14,2 milhões. O desempenho do Alvará, que é a taxa mais relevante em valores absolutos, foi responsável pela positivação das taxas, já que alcançou um incremento real superior a 10%, ou mais de R$ 700 mil atualizados, de um total de R$ 7,5 milhões ingressos.

- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

As Contribuições Sociais registraram acréscimo de 33%, ou R$ 16,5 milhões, na comparação entre 2013 e 2012, alcançando uma arrecadação total superior a R$ 66 milhões, diferença que pode ser explicada pelos incrementos em folha causados pela concessão de férias, reajuste de vencimentos e antecipação de créditos como o 13º salário e, claro, do cômputo de receitas competentes a de 2012 nos balancetes de 2013. No mesmo período, a CIP obteve resultado positivo de 25%, ou R$ 14,5 milhões, totalizando mais de R$ 72 milhões em 2013. Neste caso, a explicação gira em torno do ingresso de receitas competentes ao ano de 2012 e de eventos que influenciaram a arrecadação como o aumento das tarifas de energia elétrica e o aumento da rede de energia pela expansão imobiliária do município.

- RECEITA PATRIMONIAL

O decréscimo real de -35% verificado no grupo se deve ao desempenho negativo das receitas patrimoniais de Valores Mobiliários, que é o subgrupo mais relevante em valores absolutos. O valor arrecadado em 2013 foi de R$ 19,5 milhões. O resultado pode indicar maior rotatividade do fluxo financeiro do tesouro municipal em virtude de maior necessidade de dispêndio de recursos sem longo período de aplicação.

- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Entre as Transferências Federais, o FPM registrou resultado tecnicamente nulo com ligeira tendência a positivo (0,9%), ou R$ 3,5 milhões, se comparado o montante ingresso em 2013 (R$ 393 milhões) com o de 2012 (R$ 389 milhões). As medidas do governo central de estímulo à economia são a principal causa desta receita não ter um desempenho maior, haja vista afetarem diretamente o IPI, uma das duas colunas do fundo. Os repasses do SUS, que totalizaram R$ 301 milhões em 2013, registraram aumento real: 11%, ou mais de R$ 30 milhões, se comparados à arrecadação (R$ 271 milhões) do ano de 2012. Os repasses do FNAS obtiveram acréscimo

real de 15%, ou R$ 1,8 milhão, já que ingressaram quase R$ 14 milhões em 2013 contra R$ 12 milhões de 2012. Com o total de R$ 23,6 milhões, os recursos do FNDE reduziram -14%, significando perda de R$ 3,8 milhões em 2013, relativamente a 2012. A cota-parte do ICMS-Desoneração (Lei Kandir) confirmou a tendência de redução sistemática dos últimos anos, apresentando -12% de redução, já que acumulou o valor de R$ 3,6 milhões em 2012 e R$ 3,2 milhões em 2013.

No bojo das Transferências Estaduais, a cota-parte do ICMS obteve ingressos de R$ 408 milhões arrecadados em 2013 e registrou resultado real tecnicamente nulo em relação a 2012 (R$ 407 milhões), alcançando 0,3% de incremento, ou quase R$ 1,4 milhão, não obstante a redução sistemática do índice de participação do município de São Luís na arrecadação estadual do tributo. Comparativamente a 2012, o repasse do IPVA respondeu positivamente com 4% de ganho real, equivalente a R$ 2,6 milhões dos quase R$ 70 milhões arrecadados até o final do quinto bimestre de 2013, provavelmente por reflexos dos pacotes econômicos que aqueceram o setor automobilístico do mercado nacional, a exemplo da redução na alíquota do IPI – que chegou a zero em alguns casos - para a indústria de veículos automotores.

As Transferências do FUNDEB, com um total de ingressos de R$ 250 milhões no período, tiveram decréscimo real de -5%, ou -R$ 14 milhões, em 2013 relativamente a 2012. A Complementação da União teve resultado negativo de -8%, ou -R$ 10 milhões. O valor principal também registrou decréscimo de -3%, ou o equivalente a -R$ 3,8 milhões. Cabendo registrar que os valores do fundo competentes a 2013 que ingressaram em janeiro de 2014 foram contabilizados sob o regime de caixa, isto é, como receitas do exercício quando ocorreu o crédito do recurso.

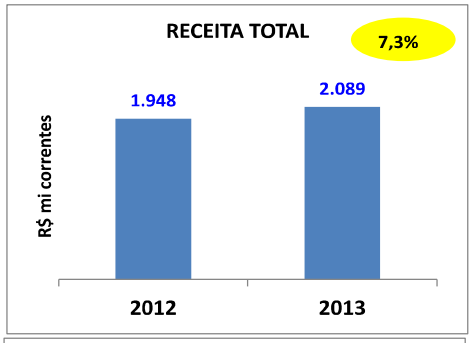
Ainda em relação ao FUNDEB, em 2013, o município de São Luís descontou para o fundo um total de quase R$ 167 milhões das receitas pertinentes e recebeu de volta apenas R$ 134 milhões de valor principal, significando R$ 33 milhões, ou 25%, de contribuição efetiva com este fundo no Estado do Maranhão. Somada a complementação da União, tem-se o saldo positivo em favor da Educação pública do município de São Luís na ordem de R$ 75 milhões, ou 31%.

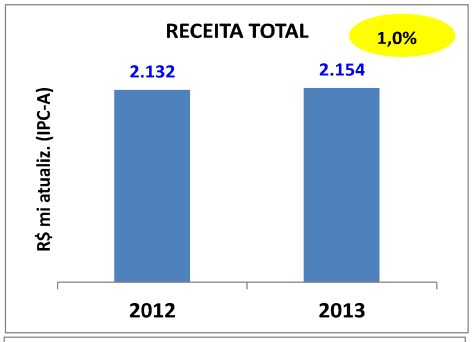
As Transferências de Convênios tiveram -82% de decréscimo real, o que compreendeu -R$ 10 milhões, devidos totalmente aos convênios federais.

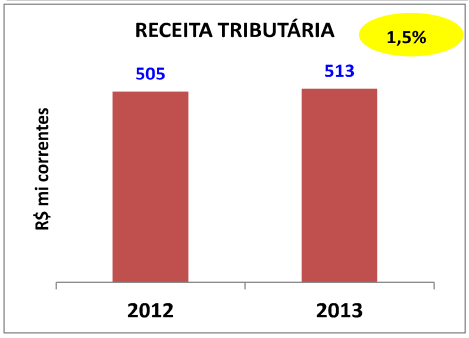
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES

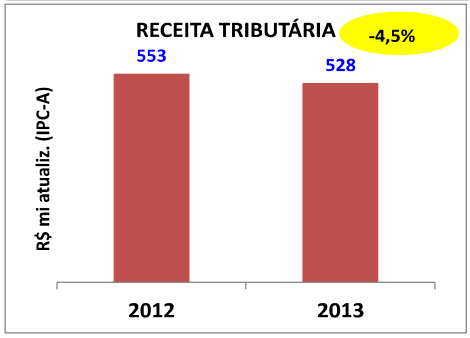
As Multas e Juros de Mora auferiram 0,8%, ou R$ 168 mil, de acréscimo real, com influência do programa de recuperação de créditos fiscais implementado pela SEMFAZ, cujo principal incentivo fiscal é justamente a dispensa – que chega a 100%, de tais encargos. Por sua vez, com reflexos do efeito estimulante do mesmo programa, a Dívida Ativa, com uma arrecadação de R$ 27 milhões, obteve aumento real de 93%, ou R$ 13 milhões, influenciando sobremaneira o resultado de crescimento do total desta classe de receita, que acumulou mais de R$ 68 milhões em 2013.

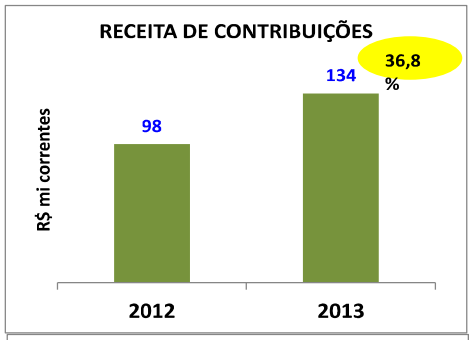
A seguir, gráficos comparativos 2013 X 2012, em valores nominais e valores reais:

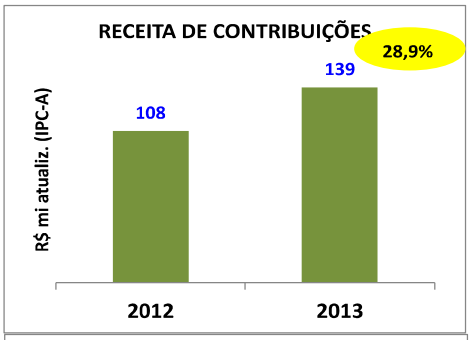

RECEITA TOTAL
7,3%
R$ mi correntes
1.948
2.089
2012
2013

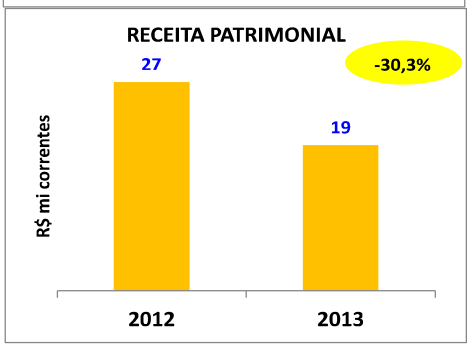

RECEITA TOTAL
1,0%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
2.132
2.154
2012
2013

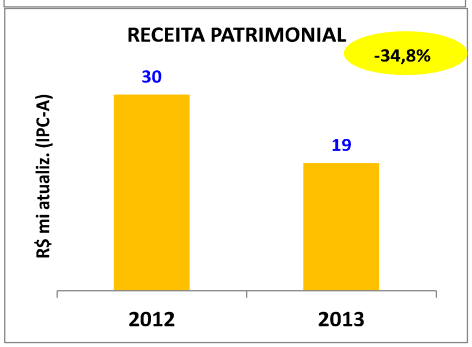

RECEITA TRIBUTÁRIA
1,5%
R$ mi correntes
505
513
2012
2013

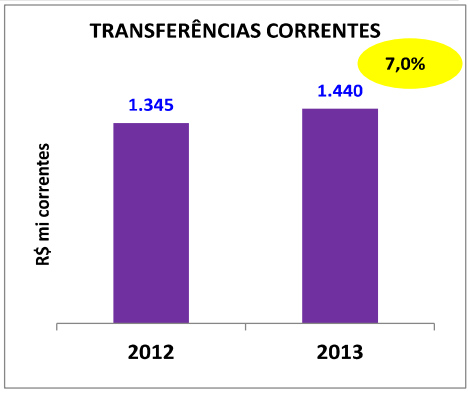

RECEITA TRIBUTÁRIA
-4,5%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
553
528
2012
2013

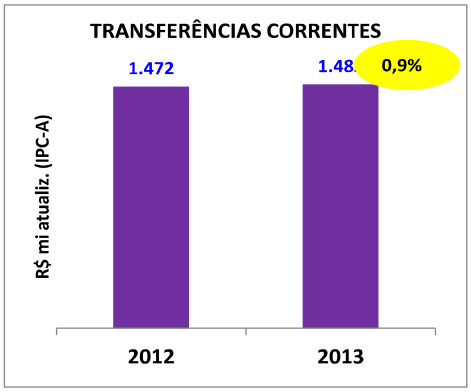

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
36,8 %
R$ mi correntes
98
134
2012
2013

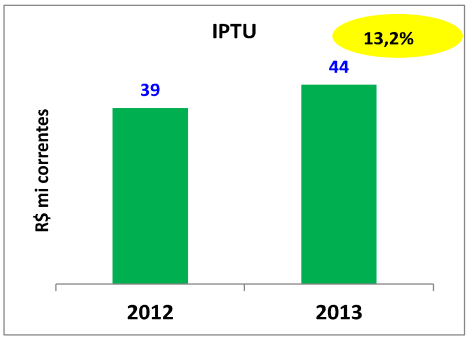

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
28,9%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
108
139
2012
2013

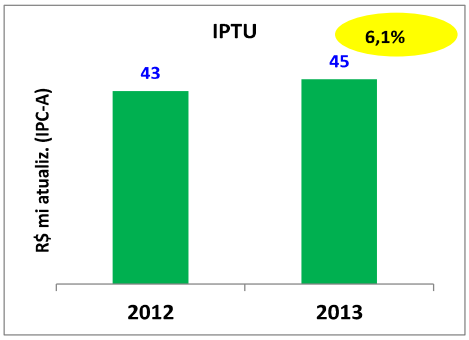

RECEITA PATRIMONIAL
-30,3%
R$ mi correntes
27
19
2012
2013

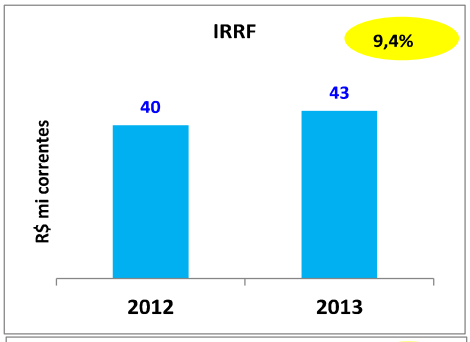

RECEITA PATRIMONIAL
-34,8%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
30
19
2012
2013

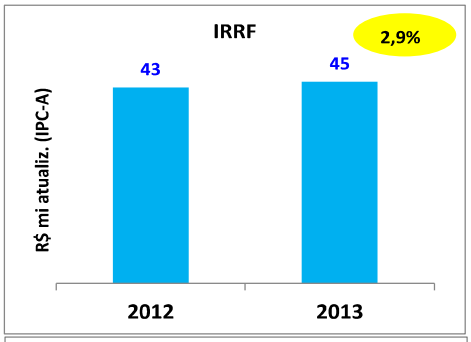

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
7,0%
R$ mi correntes
1.345
1.440
2012
2013

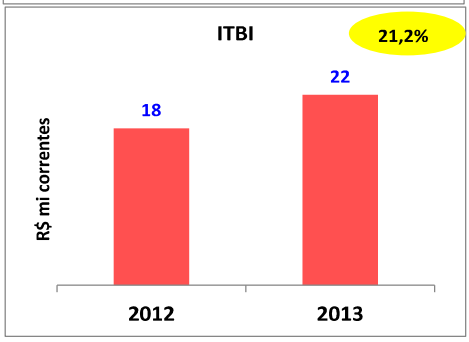

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
0,9%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
1.472
1.48
2012
2013

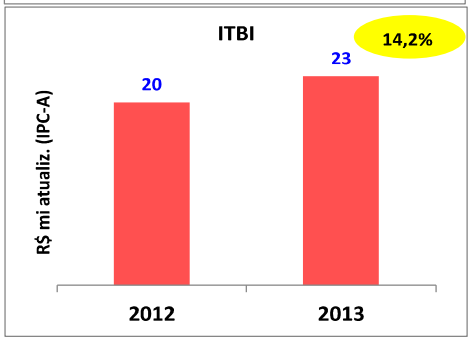

IPTU
13,2%
R$ mi correntes
39
44
2012
2013

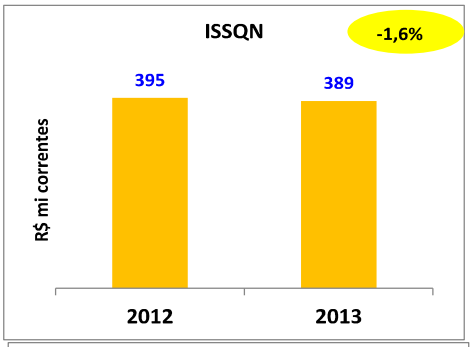

IPTU
6,1%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
43
45
2012
2013

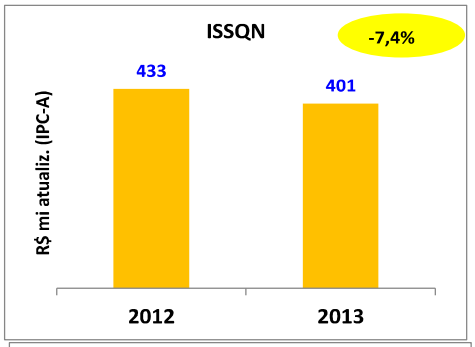

IRRF
9,4%
R$ mi correntes
40
43
2012
2013

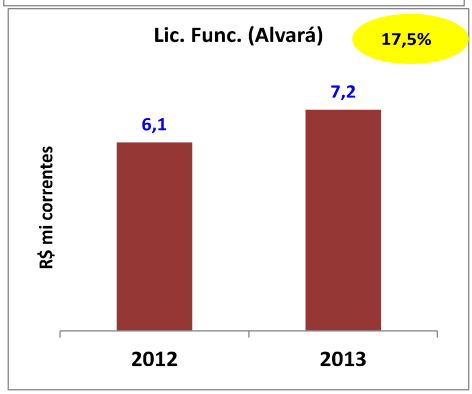

IRRF
2,9%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
43
45
2012
2013

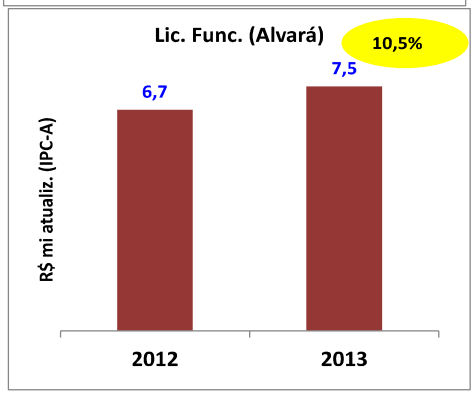

ITBI
21,2%
R$ mi correntes
18
22
2012
2013

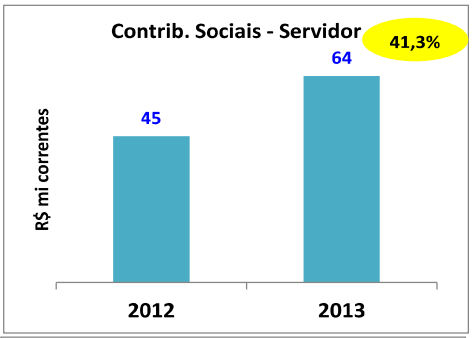

ITBI
14,2%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
20
23
2012
2013

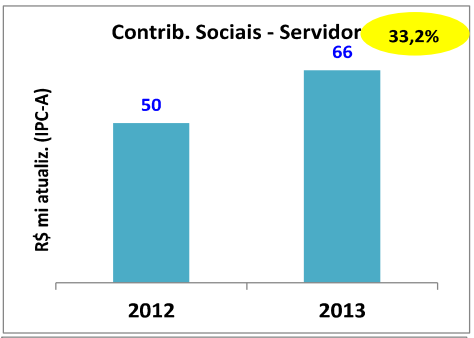

ISSQN
-1,6%
R$ mi correntes
395
389
2012
2013

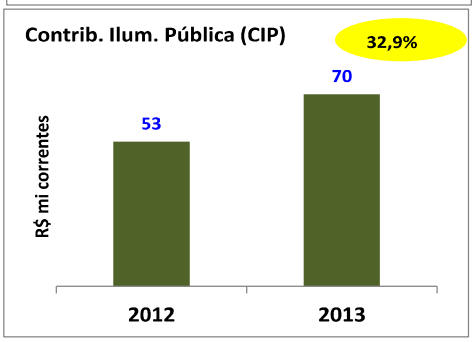

ISSQN
-7,4%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
433
401
2012
2013

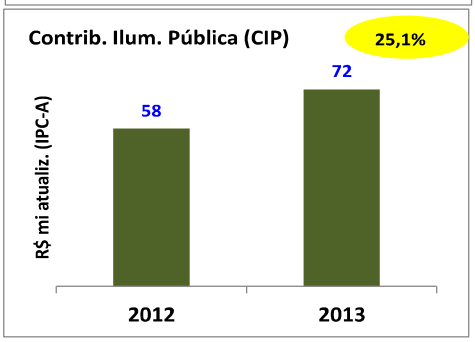

Lic. Func. (Alvará)
17,5%
R$ mi correntes
6,1
7,2
2012
2013

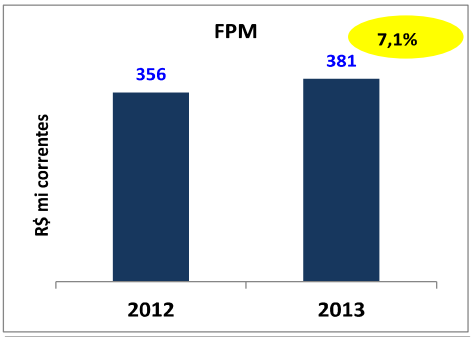

Lic. Func. (Alvará)
10,5%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
6,7
7,5
2012
2013

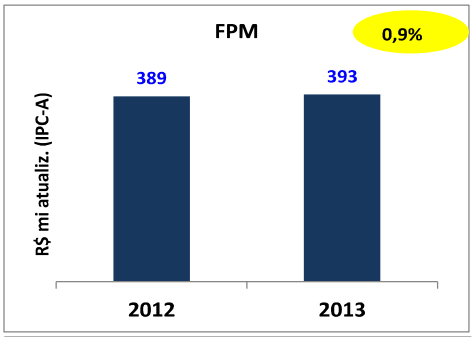

Contrib. Sociais - Servidor
41,3%
R$ mi correntes
45
64
2012
2013

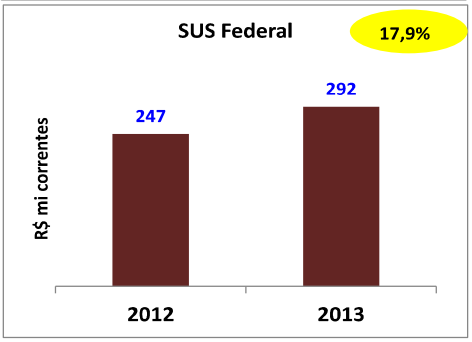

Contrib. Sociais - Servidor
33,2%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
50
66
2012
2013

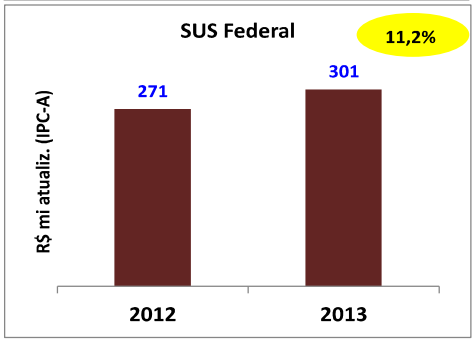

Contrib. Ilum. Pública (CIP)
32,9%
R$ mi correntes
53
70
2012
2013

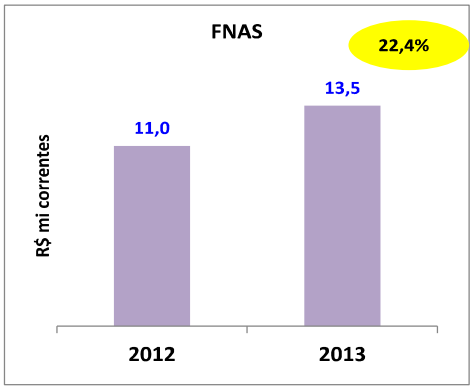

Contrib. Ilum. Pública (CIP)
25,1%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
58
72
2012
2013

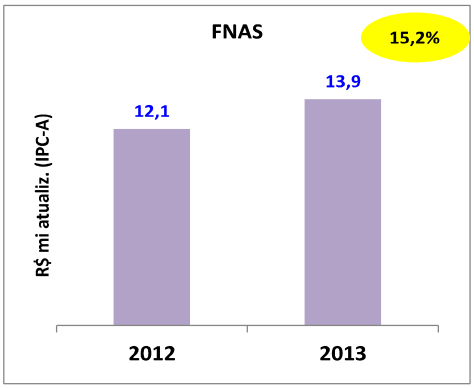

FPM
7,1%
R$ mi correntes
356
381
2012
2013

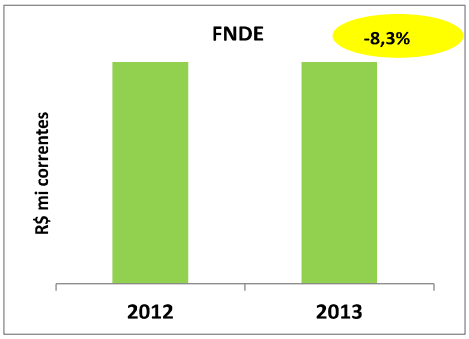

FPM
0,9%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
389
393
2012
2013

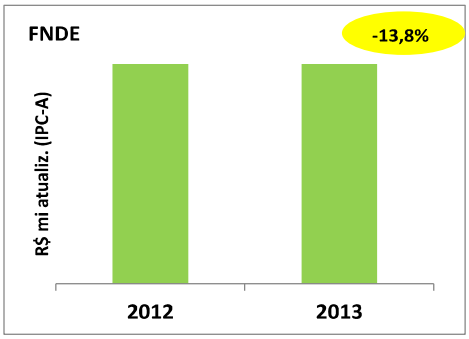

SUS Federal
17,9%
R$ mi correntes
247
292
2012
2013

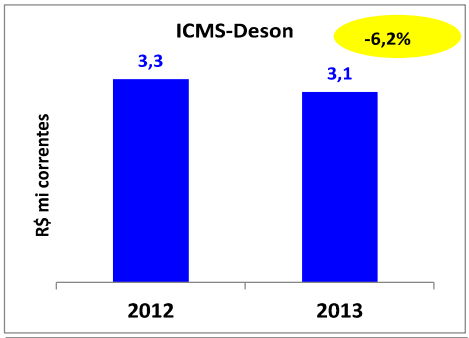

SUS Federal
11,2%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
271
301
2012
2013

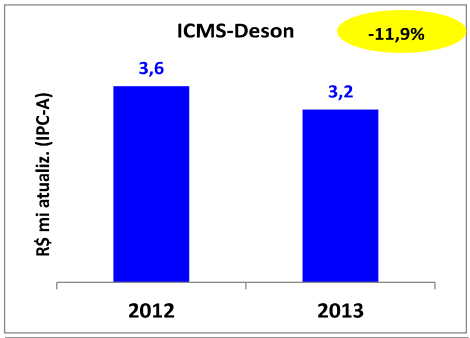

FNAS
22,4%
R$ mi correntes
11,0
13,5
2012
2013

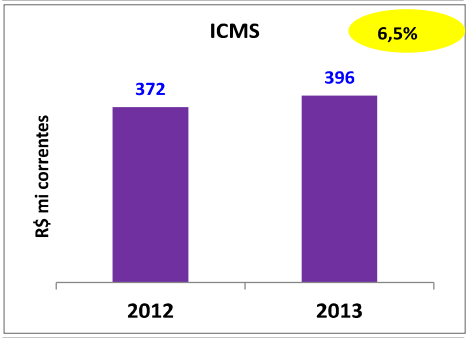

FNAS
15,2%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
12,1
13,9
2012
2013

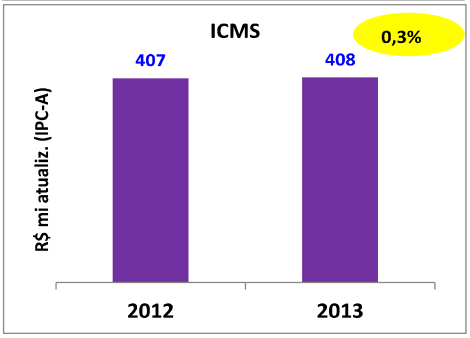

FNDE
-8,3%
R$ mi correntes
2012
2013

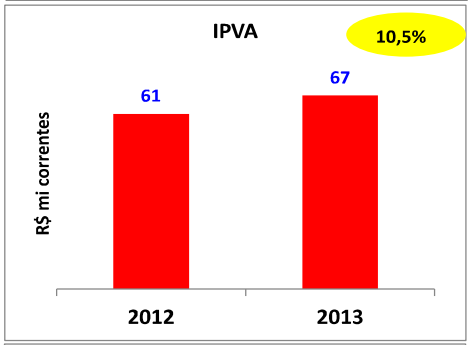

FNDE
-13,8%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
2012
2013

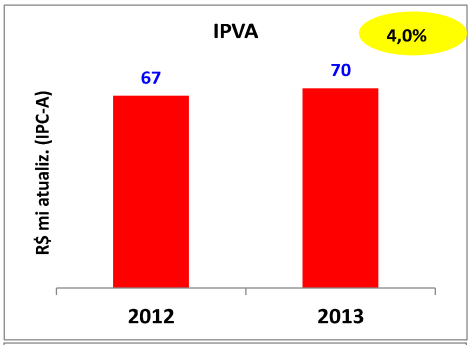

ICMS-Deson
-6,2%
3,3
3,1
R$ mi correntes
2012
2013

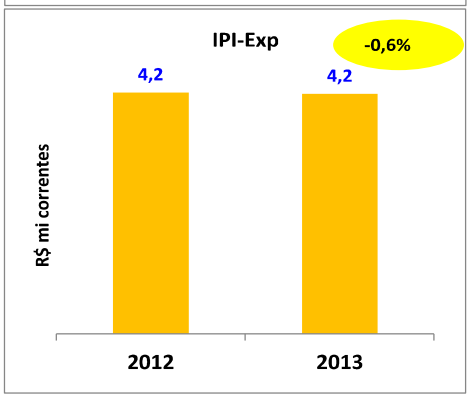

ICMS-Deson
-11,9%
3,6
3,2
R$ mi atualiz. (IPC-A)
2012
2013

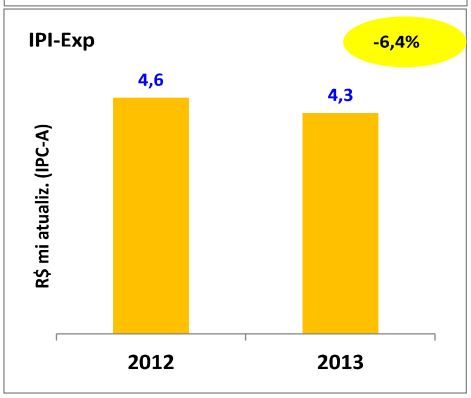

ICMS
6,5%
372
396
R$ mi correntes
2012
2013

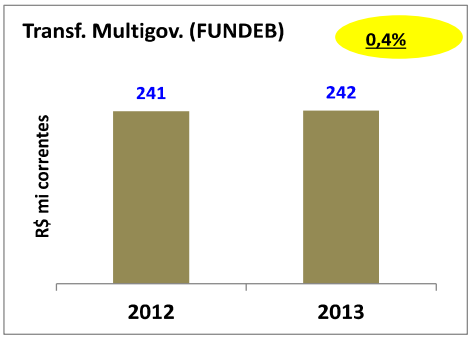

ICMS
0,3%
407
408
R$ mi atualiz. (IPC-A)
2012
2013

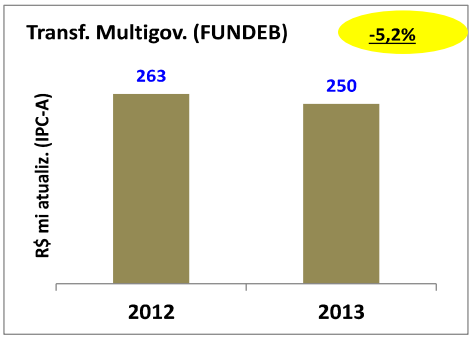

IPVA
10,5%
61
67
R$ mi correntes
2012
2013

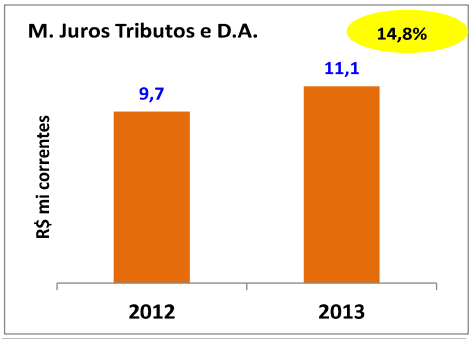

IPVA
4,0%
67
70
R$ mi atualiz. (IPC-A)
2012
2013

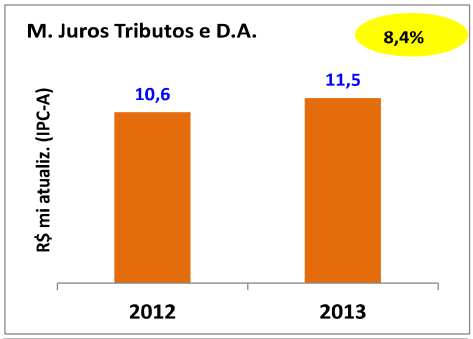

IPI-Exp
-0,6%
4,2
4,2
R$ mi correntes
2012
2013

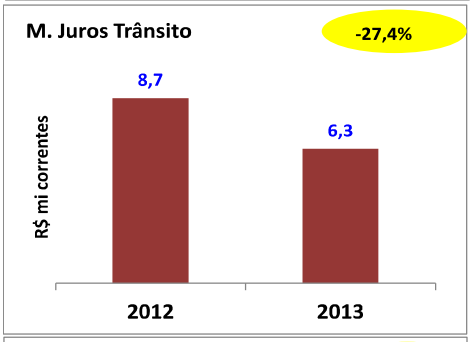

IPI-Exp
-6,4%
4,6
4,3
R$ mi atualiz. (IPC-A)
2012
2013

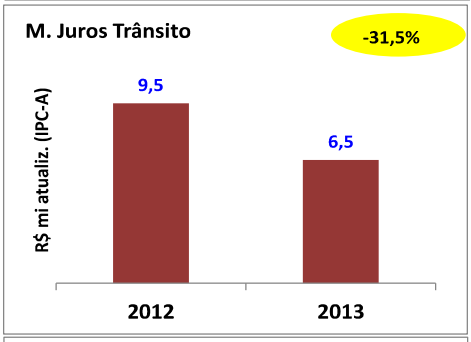

Transf. Multigov. (FUNDEB)
0,4%
R$ mi correntes
241
242
2012
2013

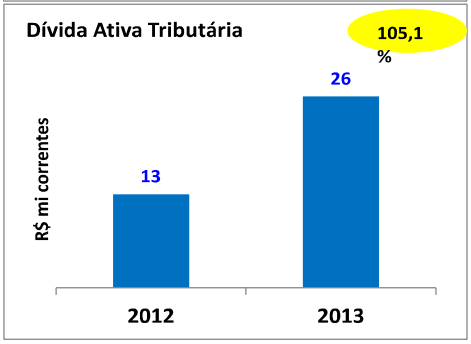

Transf. Multigov. (FUNDEB)
-5,2%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
263
250
2012
2013

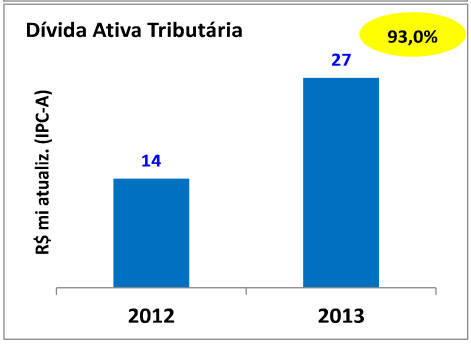

M. Juros Tributos e D.A.
14,8%
R$ mi correntes
9,7
11,1
2012
2013


M. Juros Tributos e D.A.
8,4%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
10,6
11,5
2012
2013


M. Juros Trânsito
-27,4%
R$ mi correntes
8,7
6,3
2012
2013


M. Juros Trânsito
-31,5%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
9,5
6,5
2012
2013


Dívida Ativa Tributária
105,1 %
R$ mi correntes
13
26
2012
2013


Dívida Ativa Tributária
93,0%
R$ mi atualiz. (IPC-A)
14
27
2012
2013

2.3. RANKING

Verificação das posições das receitas em ordem decrescente de representatividade com descrição do pódio até a 10ª posição, considerando o valor acumulado da Receita Total até o período em análise.

- CLASSES

Entre as classes de receita, as Transferências Correntes ficaram em 1º lugar, com 61% de representatividade. Na 2ª colocação, veio a Receita Tributária, com expressividade de 24,5%. O 3º lugar do pódio, com 6,4%, foi ocupado pela Receita de Contribuições.

- SUBCLASSES

Considerando as subclasses de receita, o 1º lugar ficou com as Transferências da União, que alcançaram 31% de todas as receitas municipais. Em 2º, vieram os Impostos, com 24% de representatividade de todos os recursos municipais. A 3º posição foi ocupada pelas Transferências do Estado, que foram responsáveis por 18% das receitas.

- RUBRICAS

No ranking das fontes individuais de receitas com maior representatividade/volume financeiro, constatou-se que o ISSQN, com 19%, ficou em 1º lugar. Em 2º, com 15%, ficou a cota-parte do ICMS. Em seguida, na 3ª colocação, veio o repasse do FPM (14,7%) e, em 4º, a do SUS (14%).

O valor principal do Fundeb ficou em 5º lugar, com 6,4%. A Complementação da União para o Fundeb assumiu o 6º lugar com 5,2%. As Contribuições Sociais - Patronal, em 7º lugar, representaram 3,7% de toda a receita municipal. Com 3,4% de representatividade, a CIP demarcou o 8º lugar. As Contribuições Sociais - Servidor ficaram em 9º lugar no ranking (3,1%), e, por fim, em 10º lugar, o IPVA ficou com 2,6%. Estas 10 receitas do ranking responderam por 87% de todas as receitas do município ingressas em 2013. Na mesma posição do ano anterior, corresponderam a 85,5%.

A seguir, tabelas com os rankings das receitas:

Ranking da Receita Total - Grupos

Posição	Descrição	Percentual 2012	Percentual **2013**
1	RECEITAS CORRENTES	95,7	96,0
2	RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2,6	3,7
3	RECEITAS DE CAPITAL	1,6	0,3
	TOTAL	100,0	100,0

Ranking da Receita Total - Classes

Posição	Descrição	Percentual 2012	Percentual **2013**
1	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61,0	60,9
2	RECEITA TRIBUTÁRIA	25,9	24,5
3	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5,0	6,4
4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2,4	3,2
5	RECEITA PATRIMONIAL	1,3	0,9
6	RECEITA DE SERVIÇOS	0,0	0,0
	TOTAL	95,7	96,0

Ranking da Receita Total - Subclasses

Posição	Descrição	Percentual 2012	Percentual **2013**
1	Transf. União	29,9	31,2
2	Impostos	25,3	23,8
3	Transf. Estado	18,2	18,0
4	Transf. Multigov. (FUNDEB)	12,4	11,6
5	Dívida Ativa Tributária	0,7	1,3
6	Multas e Juros de Mora	1,0	1,0
7	Outras Rec. Correntes - Diversas	0,7	0,9
8	Taxas	0,7	0,7
9	Operações de Crédito	1,6	0,3
10	Transf. Convênios	0,6	0,1
	TOTAL	90,9	88,9

Ranking da Receita Total - Rubricas

Posição	Descrição	Percentual 2012	Percentual **2013**
1	ISSQN	20,3	18,6
2	ICMS	15,3	15,2
3	FPM	14,7	14,7
4	SUS Federal	12,7	14,0
5	Fundeb principal	6,7	6,4
6	Fundeb compl. União	5,7	5,2
7	Contrib. Sociais - Patronal	2,6	3,7
8	Contrib. Ilum. Pública (CIP)	2,7	3,4
9	Contrib. Sociais - Servidor	2,3	3,1
10	IPVA	2,5	2,6
	TOTAL	85,5	86,8

2.4. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Verificação da relação entre os recursos próprios e os recursos provenientes de transferências e do comportamento dos ingressos durante o período em análise.

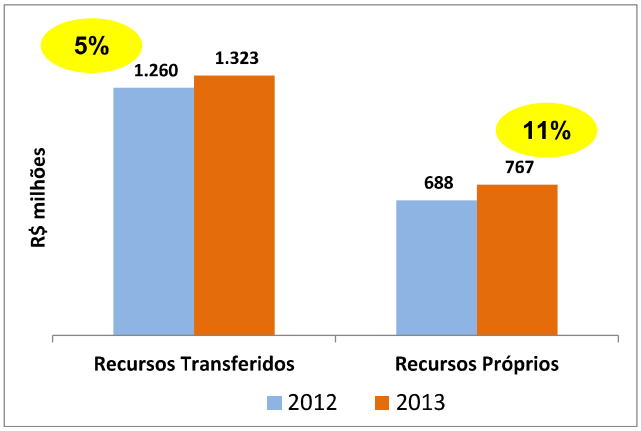
Os Recursos Transferidos, em valores absolutos, comparados os valores acumulados de 2013 (R$ 1,323 bilhão) com os de 2012 (R$ 1,260 bilhão), resultaram em um acréscimo de 5%, ou R$ 62,5 milhões. Por outro lado, as Receitas Próprias totalizaram R$ 767 milhões em 2013, significando 11% de incremento, ou R$ 79 milhões, acima do valor arrecadado em 2012 em igual período, que foi de R$ 688 milhões.

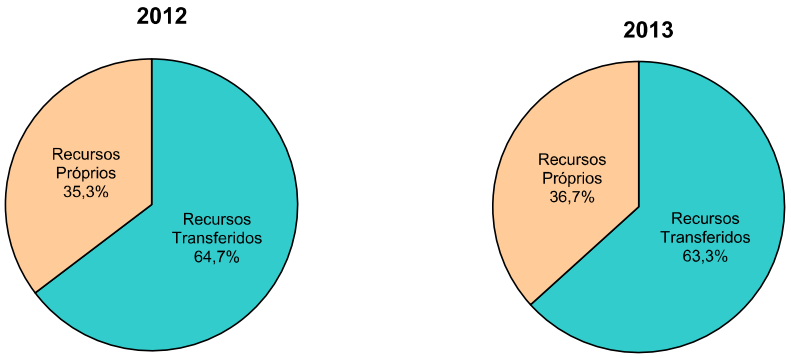
Agrupando-se as Receitas Próprias, isto é, as receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, dentre outras, e separando-as dos demais recursos, observa-se ligeiro crescimento (1,4 p.p.) de sua representatividade entre os exercícios de 2012 e 2013, passando de 35,3% para 36,7%.

Por outro lado, a participação dos demais recursos (Transferências, Convênios, Operações de Crédito entre outros), registrou ligeira redução na proporção inversa (-1,4 p.p.); ou seja, de 64,7% passaram a 63,3%.

Diante de tais resultados numéricos, fica demonstrada a redução da dependência financeira do município de São Luís em relação às transferências de recursos de outros entes da federação, refletindo as dificuldades financeiras que atingem todos os municípios brasileiros, não obstante o município tenha empreendido ações voltadas para o incremento da arrecadação de receitas próprias.

Abaixo, gráficos que demonstram o desempenho das receitas próprias e dos recursos transferidos:





2.5. RECEITAS QUANTO AO PROGRAMA FINALÍSTICO

Na esfera orçamentária, a Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ opera o programa Gestão Fazendária, que é integrante do Plano Plurianual – PPA 2010-2013 da Prefeitura de São Luís, considerando o objetivo atrelado aos macro-objetivos da Administração Municipal e o indicador "incremento real de arrecadação".

O programa Gestão Fazendária é vinculado ao desempenho da arrecadação de receitas, especialmente as receitas próprias, necessárias à expansão da oferta de serviços públicos, investimentos sociais e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ, que é formular e implementar políticas tributárias para garantir o equilíbrio fiscal com qualificação e transparência dos gastos públicos.

Analisando-se o comportamento das receitas municipais arrecadadas em 2013, cujos diversos aspectos e nuances foram introduzidos acima, verificou-se que, em suma, o total geral arrecadado:

- Correspondeu a 83% da previsão global para o exercício;
- Ficou aquém da meta financeira oficial, alcançando R$ 2,089 bilhões em vez dos R$ 2,530 bilhões estimados, ou seja, -17% de frustração (-R$ 441 milhões);
- Computou a média mensal de R$ 174 milhões correntes contra R$ 162 milhões do ano anterior;
- Registrou resultado nominal (valores correntes) positivo na comparação com o exercício anterior: 7%;
- Registrou resultado real (valores atualizados) positivo em comparação ao exercício anterior: 1%; e
- Teve em sua composição: 63% de recursos transferidos e 37% de receitas próprias.

Tomando como princípio o esforço próprio do município em arrecadar seus tributos em 2013, ou seja, considerando a arrecadação de impostos e taxas, verificou-se que:

- Foi arrecadado o correspondente a 82% do valor total estimado para todo o ano;
- Ficou 18% aquém da meta financeira oficial específica do período, ou seja, acumulou R$ 513 milhões em vez dos R$ 625 milhões estimados;
- Alcançou a arrecadação média de R$ 42,7 milhões/mês, em valores correntes, contra R$ 42 milhões/mês do ano anterior.
- Registrou resultado nominal (valores correntes) positivo na comparação com o ano anterior: 1,5%;
- Registrou resultado real (valores atualizados) negativo em comparação ao exercício anterior: -4,5%; e
- Teve em sua composição: 97% de impostos e 3% de taxas.

Não obstante aos resultados acima, torna-se necessário explicar que alguns fatores e aspectos que corroboram para tais constatações:

- A estimativa de receitas, especialmente num ano que ainda se ressentiu dos efeitos da crise financeira internacional e das medidas internas na área econômica, financeira e cambial, sofre alargamento da margem de erro. Isto ocorreu, em especial, com o FPM e a CIDE, que tiveram suas bases de cálculos diretamente afetadas por medidas do Governo Central de estímulo ao crescimento econômico, que incluíram isenção total e parcial de alguns tributos como o IPI e a CIDE federal. Mesmo as medidas de compensação extraordinárias se revelaram insuficientes no exercício como é o caso dos auxílios financeiros FEX e AFM, com os quais não se pode contar no planejamento financeiro.

- Deve-se, ainda, considerar as receitas que dependem de procedimentos burocráticos de longa duração para sua captação – é o caso de convênios e operações de crédito e de receitas cuja realização é irregular – como acontece com algumas transferências. Não raro, tais receitas são estimadas por força da legislação, mas no decorrer da execução orçamentária, a realização às vezes é alterada de tal forma que desfigura sobremaneira o cenário inicial projetado, cenário que, aliás, é defasado desde a elaboração da peça orçamentária;

- No que tange à receita prevista em orçamento, há de se destacar que o trâmite do projeto de lei orçamentária desde a sua elaboração no Poder Executivo até a sua apreciação pelo Poder Legislativo, que resultam na aprovação e sanção, é longo e imprime uma defasagem considerável às informações das receitas, que são bastante complexas.

Como se percebe, os fatos e circunstâncias em torno das receitas, especialmente dos recursos transferidos, sejam eles transferências constitucionais e legais, convênios ou operações de crédito, em sua maioria, são fonte de explicação para a frustração das metas de arrecadação total, especialmente porque são recursos que dependem mais dos esforços de outras entidades de direito público e de outras esferas de governo que do próprio município de São Luís.

Por outro lado, acerca das receitas próprias, a receita mais significativa em valores absolutos (1º lugar do ranking) é o ISSQN, um tributo de suma importância para as finanças municipais, uma vez que, apesar da queda na arrecadação, respondeu sozinho por 19% de toda a receita do município arrecada em 2013. Para os anos seguintes, o ISSQN e outras receitas tributárias apresentam forte tendência de crescimento em função das ações da Administração voltadas ao aprimoramento do sistema tributário com um todo, compreendendo as funções de lançamento, arrecadação, fiscalização e cobrança administrativa e judicial dos tributos de competência municipal.

Ademais, para colaborar com o melhor desempenho da receita e, consequentemente, com o sucesso do programa Gestão Fazendária, a SEMFAZ tem implementado planos, programas, projetos e ações que visam o incremento da arrecadação própria tributária, como a atualização periódica da legislação tributária ludovicense, a intensificação das atividades de inteligência fiscal com cruzamento e análise de dados e ações direcionadas de fiscalização, investimentos em tecnologia de informação e comunicação, aprimoramento dos processos administrativos na forma de um estruturado e arrojado plano de governo da atual gestão para fazer de São Luís uma cidade cada vez melhor de se viver.

3. GESTÃO FAZENDÁRIA – AÇÕES 2013

Realizações da atual gestão da Secretaria Municipal da Fazenda voltadas à expansão da oferta de serviços públicos, investimentos sociais e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ, que é formular e implementar políticas tributárias para garantir o equilíbrio fiscal com qualificação e transparência dos gastos públicos.

3. AÇÕES DA SEMFAZ

3.1 Gestão de Qualidade

- A nova gestão aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública (**PNGP**) do Governo Federal, reimplantando, assim, a Qualidade na Secretaria Municipal da Fazenda. Para implementar práticas gerenciais com princípios e fundamentos de excelências preconizados pelo GESPÚBLICA foi constituído em 22.04.2013 o **Comitê Interno do Programa**.

- A **Logomarca** da Qualidade foi concebida com o slogan "A SEMFAZ PRIORIZANDO A QUALIDADE PARA VOCÊ".

- Com a finalidade de promover a **desburocratização dos serviços da área de Gestão Tributária**, foi desenvolvido um projeto de Racionalização de Procedimentos, compreendendo levantamento, diagnóstico, análise, revisão e elaboração de rotinas de procedimentos. Foi designada em fevereiro/2013 uma comissão de técnicos especialistas para este estudo.

- As **instalações** dos dois prédios que abrigam a Semfaz passaram por **adequações**, contando com **ações de limpeza e pintura dos setores, realocação de setores, reformas de layout do prédio anexo para realocação de áreas, revitalização do jardim da faixada do prédio sede e disciplinamento do uso e dos espaços** da secretaria.

- A **tecnologia da informação** recebeu ações de aprimoramento em diversos aplicativos, tais como: Sistema de Administração Fiscal (ADMFIS Web), Sistema de Produtividade Fiscal (SPF Web), Sistema Gestão ISS (DES Web).

Gestão Compartilhada

Outra política pública empreendida pela Semfaz é a gestão compartilhada, mediante a qual é incentivada a participação dos clientes contribuintes, bem como da sociedade civil organizada e entes públicos das esferas municipal, estadual e federal integrantes do relacionamento institucional da secretaria. Dentre as ações do período de janeiro a julho de 2013 podem ser destacadas as seguintes:

- Em 14.03.2013, foi realizado o **Fórum do REFAZ** com o objetivo de ampliar a arrecadação das receitas próprias. A gestão buscou participação de órgãos de representatividade da sociedade civil organizada para discutir e aprovar Anteprojeto de Lei. O conhecido Programa de Recuperação de Créditos Tributários da Fazenda Municipal foi aprovado como Lei nº 5.751, de 11.06.2013.

- Debates com representantes dos **Sindicatos da Construção Civil e Pesada** para definição do percentual de dedução de material de construção a ser abatido quando do recolhimento do ISSQN.

- Os gestores da Semfaz estiveram presentes em todas as reuniões com os **sindicatos representantes dos servidores municipais** para discussão de **alternativas do pagamento da folha atrasada de dez/2012 e do aumento do salário do funcionalismo.** (10 reuniões - ação conjunta outros órgãos da Prefeitura, tais como: PGM - SEMAD-SEMED - SECOM – SEPLAN). Nessas ocasiões, a Semfaz primou pela transparência das finanças do Município, informando a todos a situação em 31.12.2012, com evidenciação dos restos a pagar (RAP), análise das receitas de 2013 e apuração dos limites da LRF, bases indispensáveis para a tomada de decisão aguardada.

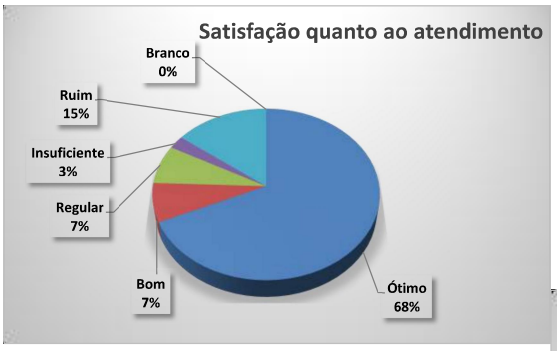
- Numa ação conjunta entre Prefeitura (SEMFAZ e PGM) e **TJMA**, ficou acertado que, para o pagamento dos **precatórios** vencidos até 2012 - totalizando R$ 42 milhões –, a Prefeitura depositaria

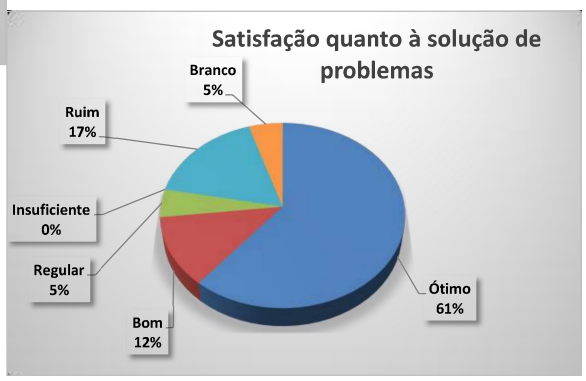
R$ 800 mil por mês, de abril a dezembro/2013 e o restante na proporção de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) ao ano. Os depósitos estão rigorosamente em dia.

- Para dar solução à dívida (R$ 205,7 milhões) da Prefeitura para com o **INSS**, a Administração Municipal (gestão conjunta da SEMFAZ, PGM e CGM) celebrou acordo de parcelamento com a **Secretaria da Receita Federal**, cujo recolhimento será da ordem de 0,5% da RCL até a definição do real valor do débito, quando passará a ser de 1% da RCL. Em 2013, o valor mensal corresponde a aproximadamente R$ 750 mil.

Gestão voltada à Valorização do Cliente Contribuinte

- As pesquisas de satisfação constituem uma das ferramentas para a tomada de decisão da Administração Superior da Semfaz, com vista a avaliar o grau de **satisfação dos serviços prestados** pelo órgão quanto aos padrões adotados para otimização do atendimento dispensado aos clientes contribuintes, da resolução dos problemas. Por essa razão, diariamente, são realizadas pesquisas por meio da aplicação de questionários individualizados, sendo seus resultados tabulados sistematicamente pelo Comitê Interno de Qualidade da SEMFAZ. Resultados (jul/2013): 68,3% quanto ao atendimento e 61% quanto à solução de problemas.





- O novo portal da Semfaz já conta com **mais serviços *on line*** à disposição do cliente contribuinte, a partir das demandas dos usuários e de pesquisa junto ao CRC-MA. Desde o 1º semestre, os clientes contribuintes utilizam os seguintes serviços: emissão de Guia de Recolhimento de Débitos, de Certidão de Alvará, de Certidão Negativa de Débitos, de Certidão de Regularidade Positiva com Efeito Negativo, 2ª via do IPTU e Sistema de NFS-e(Avulsa).

- Foi realizado **aprimoramento dos serviços do atendimento no setor de Protocolo**, com aumento da equipe e adequação das instalações, objetivando conferir maior celeridade ao atendimento dos clientes contribuintes.

- Desde abril, o **horário de início do atendimento** passou a ser às 8h30, o que ampliou em 1 hora e 30 minutos a entrada dos contribuintes, conforme Portaria nº 136/2013, de 09.04.2013.

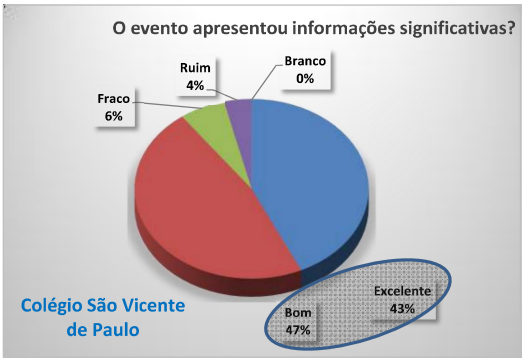
- A **Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e)** passou a ter 2 dias de prazo, após sua emissão, para ser cancelada (Portaria nº 039/2013, 28.02.2013).

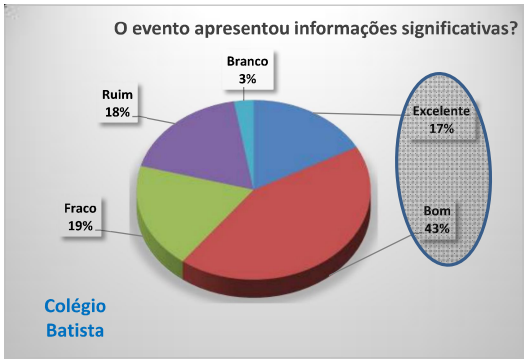
Benefícios	Quant.
Imunidade	224
Isensão	211
Remissão	11
Total	**446**

- Concessão de 446 **benefícios fiscais** até o período, conforme demonstrado no quadro ao lado.

- Reimplantado o **Programa de Educação Fiscal**, através da realização de palestras em escolas de ensino médio, tendo sido realizadas quatro: uma no São Vicente de Paulo, no Batista, no Reino Infantil e no Upaon-Açu.

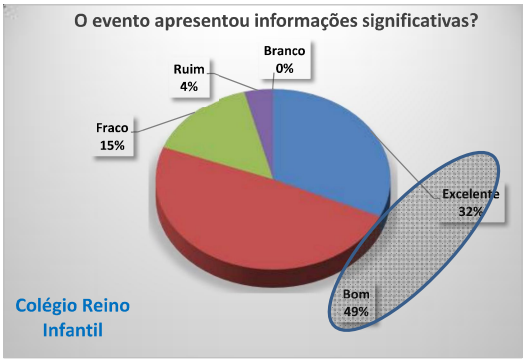
Na avaliação dos participantes do Colégio São Vicente de Paulo, 90% consideraram que a palestra apresentou informações significativas, conceituando-os como "Excelente" e "Bom". Dos 192 alunos que participaram do evento, 79 manifestaram opinião sobre o conteúdo explanado.

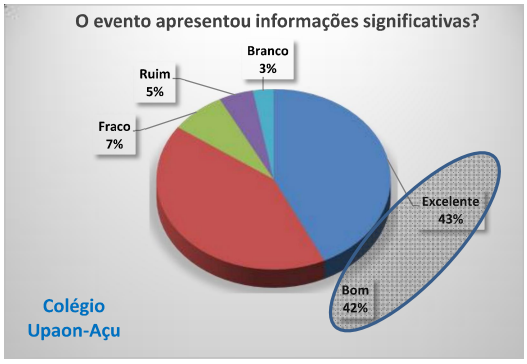




350 alunos do Colégio Batista participaram do evento. Dentre eles, 111 alunos avaliaram a palestra. 60% dos opinantes atribuíram conceitos *Excelente* e *Bom* quanto às informações apresentadas.

No Colégio Reino Infantil 180 alunos assistiram à palestra de Educação Fiscal , sendo que 151 estudantes responderam ao questionário. Destes, 81% atribuíram os conceitos *Bom e Excelente* ao evento, no tocante a importância das informações.





No Colégio Upaon-Açu registrou-se a presença de 190 alunos no evento, dentre os quais 105 disseram que as informações foram bastante significativas e atribuíram conceitos "Excelente e Bom" perfazendo o índice de 85% de satisfação quanto ao conteúdo explanado.

- Para a implantação do Programa de Recuperação de Créditos Tributários da Fazenda Municipal – Refaz foi elaborada a **Cartilha REFAZ** com o objetivo de orientar os clientes contribuintes para adesão ao programa. Foi disponibilizada nos setores de atendimento ao contribuinte, inclusive na internet.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMFAZ

SÃO LUÍS
Prefeitura e você, construindo um novo caminho

SEMFAZ

CARTILHA REFAZ

LEI Nº 5.751, DE 11.06.2013

AMPARO LEGAL?

O Programa de Recuperação de Créditos Tributários da Fazenda Municipal - REFAZ - foi instituído pela Lei nº 5.751, de 11 de junho de 2013.

FINALIDADE DO REFAZ?

- Promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes.

A QUEM SE DESTINA?

- A pessoas físicas e jurídicas.

QUAIS OS DÉBITOS A REGULARIZAR?

- Débitos relativos a tributos municipais constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

QUAL É O PERÍODO?

- Desde que o débito tenha sido apurado ou consolidado até 11.06.2013 .

COMO ADERIR AO REFAZ?

O pedido de adesão será formal, mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento.

- Para Pessoa Jurídica o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento deve ser assinado pelo Sócio-Gerente ou por procurador com poderes especiais para transigir.

QUAIS OS DOCUMENTOS A ANEXAR?

Pessoas Jurídicas:

- Cópia do comprovante de propriedade ou posse do bem - para parcelamento de IPTU;
- Cópia de Contrato Social da Empresa e de todas as alterações posteriores ou Certidão Simplificada e atualizada da Junta Comercial do Maranhão;
- Cópia dos documentos de identificação dos sócios e, se houver, do sócio–gerente;
- Se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, comprovante de enquadramento como Microempresa ou EPP.

Pessoas Físicas:

- Cópia do comprovante de propriedade ou posse do bem - para parcelamento de IPTU;
- Cópia dos documentos pessoais, Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF.

E HAVENDO PROCURADOR?

Deverá apresentar o original de instrumento público ou particular de procuração com o reconhecimento de firma do outorgante.

QUAIS OS LOCAIS PARA ADERIR AO PARCELAMENTO?

- Na **SEMFAZ** - para parcelar débitos que não estão inscritos em Dívida Ativa (sem status de "E"); e
- Na **PROCURADORIA FISCAL** - para parcelar débitos que estão inscritos em Dívida Ativa (com status de "E").

que pode ser parcelado?

Débitos constituídos até 11.06.2013, atualizados monetariamente e incorporado os acréscimos previstos na legislação vigente, até a data da adesão.

Quantas parcelas são? - Os débitos podem ser pagos em **até 48 parcelas** ***mensais e sucessivas*** .

Termo de Parcelamento **– Obrigatoriedade:**

1 – Exigência do CPF e CNPJ;

2 - IPTU – Nos casos de **Cadastro com informações: IGNORADO, PROPRIETÁRIO, NÃO INFORMADO** antes do Parcelamento proceder a Averbação no Cadastro Imobiliário do nome do proprietário.

CARTILHA REFAZ

CRITÉRIOS E FORMAS DE PAGAMENTO

PAGAMENTOS ATÉ 31 DE JULHO DE 2013?

a - Pagamento à vista - redução de 100% (cem por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas de mora;

b - Pagamento em até 06 parcelas, mensais e sucessivas - redução de 80% (oitenta por cento) de juros e multas de mora.

c - Pagamento entre 7 (sete) a 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 70% (setenta por cento) de juros e multas de mora.

d - Pagamento entre 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e sucessivas - redução 60% (sessenta por cento) de juros e multas de mora.

e - Pagamento entre 25 (vinte e cinco) a 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 50% (cinquenta por cento) de juros e multas de mora.

PAGAMENTOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2013?

a - Pagamento à vista - redução de 50% (cinquenta por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas de mora;

b - Pagamento em até 06 parcelas, mensais e sucessivas - redução de 40% (quarenta por cento) de juros e multas de mora;

c - Pagamento entre 7 (sete) a 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 30% (trinta por cento) de juros e multas de mora;

d - Pagamento entre 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 20% (vinte por cento) de juros e multas de mora; e

e - Pagamento entre 25 (vinte e cinco) a 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 10% (dez por cento) de juros e multas de mora.

NA HIPÓTESE DE DÉBITOS COM EXECUÇÃO FISCAL?

- Honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), podendo ser parcelado da seguinte forma:
  - A) Pessoa física - em até 06 (seis) vezes;
  - B) Pessoa Jurídica - em até 03 (três) vezes;
- Custas processuais.

QUAL O VALOR MÍNIMO DE CADA PARCELA?

- **Pessoas Jurídicas:**
  - A) Empresário Individual: R$ 80,00 (oitenta reais);
  - B)Microempresa: R$ 200,00 (duzentos reais);
  - C)Empresa de Pequeno Porte EPP: R$ 300,00 (trezentos reais); e
  - D)Demais Pessoas Jurídicas: R$ 600,00 (seiscentos reais).
- **Pessoas Físicas:** R$ 60,00 (sessenta reais)

COMO ATUALIZAR O SALDO DEVEDOR?

Em 1º de janeiro de cada exercício:

- Pelo IPCA - Índice de Preços do Consumidor Amplo.

HIPÓTESE DE EXCLUSÃO DO REFAZ?

A) Inobservância a qualquer exigência da Lei **nº 5.751, de 11.06.2013**;

B) Falência ou extinção da Pessoa Jurídica;

C) Cisão, exceto se a pessoa jurídica dela oriunda ou a que absorver parte do patrimônio permanecer estabelecida no Município e assumir solidariamente com a cindida as obrigações do REFAZ;

D) Supressão ou redução de tributo mediante conduta definida em Lei como crime contra a ordem tributária;

E) Atraso no pagamento de qualquer parcela por período superior a 90 (noventa) dias; e

F) Falta de recolhimento por 90 (noventa) dias dos tributos municipais vencidos após a data de adesão ao REFAZ, não consolidados no parcelamento.

O QUE FAZER PARA REATIVAR O PARCELAMENTO?

O Contribuinte deverá - promover a regularização da situação que deu causa a exclusão do REFAZ; e efetuar o pagamento mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o montante da dívida consolidada.

A ***exclusão acarretará*** – A imediata exigibilidade dos débitos não quitados; reestabelecimento dos valores que haviam sido objeto da redução, excluindo-se do saldo remanescente os valores quitados até a data; Inscrição na Dívida Ativa; posterior Execução Fiscal; .

A SEMFAZ priorizando a Qualidade para você!

Gestão Participativa

- Integra o conjunto de políticas públicas adotada pela Semfaz a gestão participativa dos servidores, visando incentivar a formulação de alternativas que conduzam a garantir a justiça fiscal e a equidade tributária. Assim sendo, são exemplos:

  - **Comissões** formadas sob forma de estrutura matricial dinâmica:

    - Comissão para acompanhamento, controle e fiscalização de **contratos**;
    - Comissão permanente de **licitação** (Portaria nº 002/2013, 07.01.2013);
    - Comissão **inventário de bens** (Port. Nº 006/2013 – 09.01.2013);
    - Comissão de **tombamento bens patrimoniais** (Port. Nº 278/2013 – 10.05.2013);
    - Comissão de classificação, avaliação, registro e contabilização de **bens patrimoniais em desuso** (Port. Nº 279/2013 – 10.05.2013);
    - Comissão para **avaliação da produtividade dos Auditores Fiscais de Tributos** (Port. Nº 488 – 01.07.2013);
    - Comitê de Qualidade (Port. Nº 185 – 22,04,2013);

  - **Delegação de competências e descentralização decisória**: SAAF **- Nota de Empenho** (Portaria nº 029 – 08.02.2013) e **Termo de Referência para Licitação** (Portaria nº 204 – 26.04.2013); SAGT **- Despachos e julgamento em processos tributários** (Portaria nº 048 – 11.03.2013) e **Portarias de frequência de Auditores e Gratificação Fiscal** (Portaria nº 163 – 12.04.2013);

  - Elaboração do **Plano de Investimento 2013**: Elaboração do **Projeto de Ampliação da Arrecadação**, com designação de comissão para cada uma das 11 ações; Tema Estratégico: **Melhoria da qualidade dos serviços de TI**; **Projeto de Ampliação Qualidade dos Serviços Prestados** pela SEMFAZ, com designação de comissão para cada uma das 4 ações; e Tema Estratégico: **Equacionamento da Dívida**;

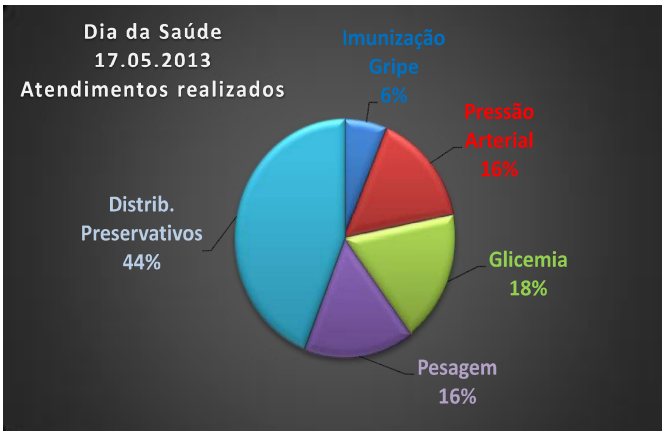
  - **Designação** de **Grupo de Trabalho Técnico** para estudo sobre o fortalecimento e aprimoramento da parceria com os **Contribuintes Substitutos** (Port. Nº 281 – 13.06.2013); **Designação** de servidores para retomada do Programa Educação Fiscal (Port. Nº 08 de 11.01.2013);

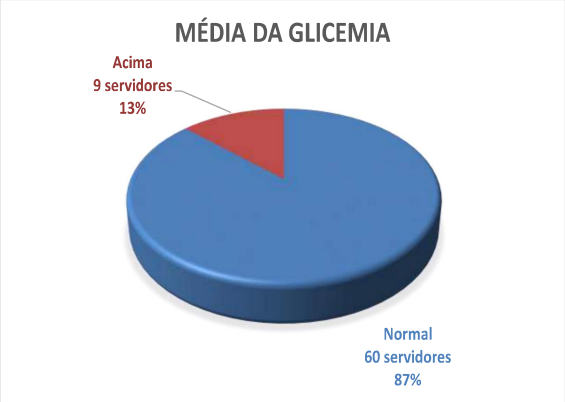
  - **Outras** participações na gestão da SEMFAZ: **Análise e parecer processos da SAGT**, **Organização de Fórum REFAZ**, **Análise de RPNP para baixa**, **Núcleo Setorial de Planejamento e Orçamento**, **Núcleo Setorial de Capacitação de RH**.

Gestão voltada à Valorização do Servidor

- Realização de **treinamentos**: ADMFIS (24 servidores), NFS-e (9 servidores), NFS-e-Avulsa (25 servidores e contribuintes), REFAZ (17 servidores);

- Realização do **1º Dia da Saúde SEMFAZ** (17/05/2013) compreendendo imunização contra gripe; aferição de pressão arterial, glicemia, pesagem, distribuição de preservativos. Foram atendidos 213 servidores. Os gráficos abaixo resumem os resultados do evento.





- Realização da **palestra "O que é Estresse e como lidar com ele"**, em parceria com a Escola de Governo e Gestão Municipal (parte do projeto "Saberes e Práticas da Vida Saudável"), realizada no auditório da Semfaz, nos dias 24 e 25 de julho.

- Elaboração de **Lotacionograma** com o objetivo de fornecer uma visão exata da lotação dos recursos humanos, sendo um instrumento de gestão valioso para o redimensionamento de equipes.

4. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA FAZENDA ESTADUAL

Informações mais específicas de algumas das recentes ações da Fazenda Municipal que se mostraram essenciais ao crescimento da receita própria tributária e ao saneamento das contas públicas. De um lado, na área de Gestão Tributária, a SEMFAZ tem envidado esforços para o incremento da arrecadação dos impostos e taxas municipais, que possibilitam aumentar a capacidade de pagamentos e investimentos públicos. Por outro, na área de Gestão Administrativo-Financeira, a SEMFAZ tem implementado uma série de medidas buscando a regularização de suas obrigações, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira, tudo em prol do objetivo precípuo de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

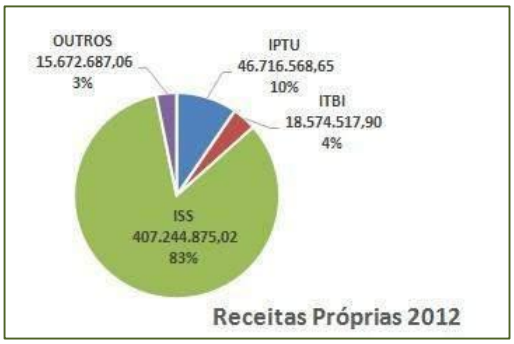
4. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA FAZENDA MUNICIPAL

4.1 Gestão Tributária

Arrecadação de recursos próprios

Os recursos próprios totalizaram em 2013 R$ 508,9 milhões, evidenciando um incremento de 4,2% em relação à arrecadação do ano anterior (R$ 488,2 milhões).

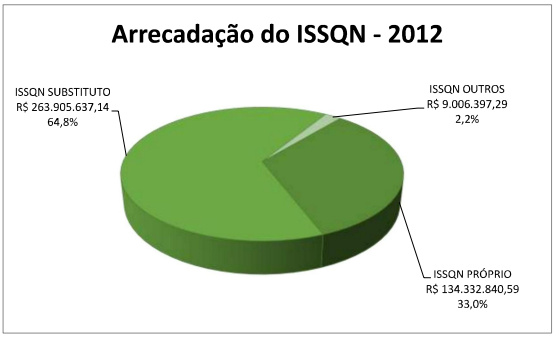
Entre os recursos próprios, o ISSQN ocupa a maior representação, respondendo por 79% das receitas. Comparativamente a 2012, houve uma redução dessa representatividade em 4,4 p.p, numa sinalização de menor ocorrência de serviços no município, especialmente as contratações de grandes empresas relacionadas às atividades de mineração e energia.

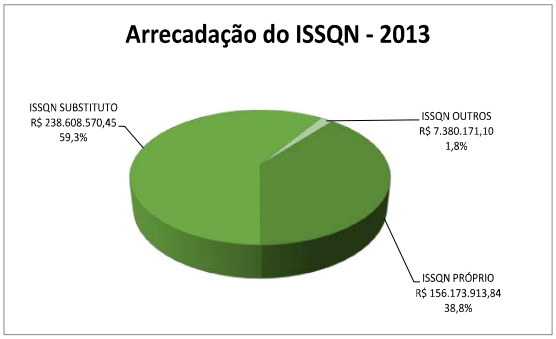


ISSQN

Relativamente ao ISSQN, o ISS Próprio - aquele recolhido por contribuintes via declaração de suas receitas como prestadores de serviços - registrou em 2013 (R$ 156,1 milhões) um crescimento de 5,8 p.p. comparativamente à arrecadação de 2012 (R$ 134,3 milhões).

Já o ISS com recolhimento por substituição tributária apresentou um decréscimo de 5,5 p.p. nos últimos dois exercícios. Contudo, ainda representa a maior fatia da arrecadação do ISS total, correspondendo, em 2013, a 59,3%, seguido do ISS Próprio, com 38,8%.





IPTU

Numa comparação entre 2013 e 2012, o IPTU registrou um incremento real de 16,8%, ou R$ 5,2 milhões, vez que sua arrecadação passou de R$ 31 milhões para R$ 36,2 milhões.

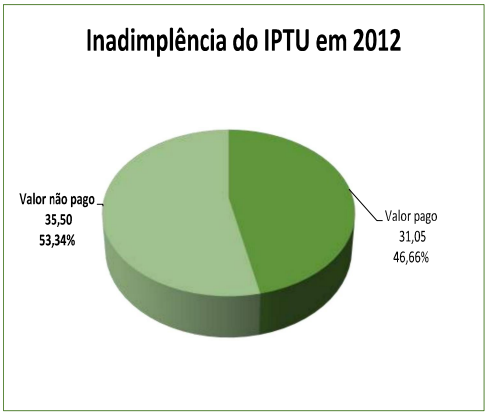
O pagamento em conta única representou 28,4% do total do lançamento do IPTU em 2013, revelando um acréscimo de 3,7 p.p. com relação a 2012.

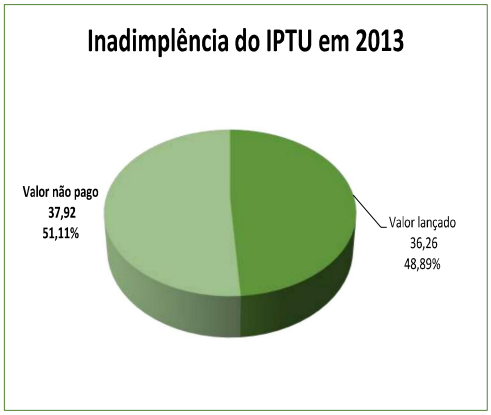
Resultados da Arrecadação do IPTU 2012 X 2013

Ref.: jan-dez/2013

	2012	2013
(A) Valor lançado	69.581.052,49	78.095.912,79
(B) Desconto	3.038.844,95	3.916.024,69
(C) Pago Cota Única	17.218.457,24	22.190.205,45
(D) Pago parcelado	13.826.997,15	14.072.753,92
(E) Total pago = (C + D)	31.045.454,39	36.262.959,37
(F) Não pago = A - (B+C+D)	35.496.753,15	37.916.928,73
% Inadimplência = (F / A) * 100	53,34%	51,11%

Também foi destaque em 2013 a queda de 2,23 p.p. do índice da inadimplência do IPTU, vez que em 2012 correspondeu a 53,3%, contra 51,1%.





Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFSe–A)

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFSe–A) é o documento fiscal de existência apenas digital que substituiu as tradicionais notas fiscais de serviços impressas que costumeiramente os **prestadores de serviços não estabelecidos no município** ou **profissionais autônomos** emitem quando da prestação de serviços esporádicos e outras situações a critério do Fisco.

A SEMFAZ passou a disponibilizar a **emissão eletrônica da NFSe-A pelos próprios contribuintes**, via site da Prefeitura em junho/2013. Este novo serviço visa a atender a uma **reivindicação antiga dos contribuintes**.

A liberação da Nota Fiscal de Serviços Avulsos **é precedida** do **credenciamento do contribuinte** e do **pagamento do imposto** devido.

Visando dotar o serviço de maior credibilidade, a SEMFAZ ainda disponibilizou, em seu site na Internet, a **validação de Nota Fiscal de Serviço - Avulsa**. Assim, qualquer tomador de serviços que recepcionar uma dessas notas, poderá **consultar a legitimidade** do documento fiscal.

Em 2013 foram **emitidas 23.727 NFS-A**, revelando uma média mensal de 1977 notas, gerando uma arrecadação de R$ 2,8 milhões. O quadro e gráficos seguintes evidenciam os resultados apurados mensalmente no exercício.

Movimento Econômico Nota Fiscal Avulsa

Ref.: jan a dez/2013

Mês	Qtd. NFA	ISS Pago
jan/13	1.821	239.230,59
fev/13	1.710	207.168,67
mar/13	1.751	189.478,20
abr/13	1.934	196.029,31
mai/13	2.189	233.786,19
jun/13	1.647	236.638,19
jul/13	1.853	219.524,68
ago/13	2.030	253.771,33
set/13	1.875	228.321,66
out/13	2.306	258.762,30
nov/13	2.103	279.815,67
dez/13	2.508	325.815,21
Total	**23.727**	**2.868.342,00**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Análise de benefícios fiscais da Nota Fiscal Eletrônica

No ano de 2013, em decorrência da implantação da Nota Fiscal Eletrônica, os benefícios fiscais registrados somaram a quantidade de 304 concessões permitidas aos contribuintes no gozo de seus direitos.

Análise de benefícios fiscais da Nota Fiscal Eletrônica

Ref.: jan-dez/2013

Situação	Total	Ativos	Finalizados
Exigibilidade suspensa	83	83	-
Imunes	481	185	**296**
Isenta	311	303	**8**
Total	**875**	**571**	**304**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Notificação Eletrônica de Lançamentos de Débitos

A automação eletrônica de novo módulo implantado no sistema informatizado de gestão de tributos da Semfaz possibilitou, a partir de maio/2013, a emissão eletrônica de notificação aos contribuintes em débito com o Fisco Municipal, enviadas pelo correio, com Aviso de Recebimento.

Em 2013, foram notificados 2.757 contribuintes, totalizando um lançamento de créditos ao município no valor de R$ 44.715.954,72. Abaixo, segue quadro.

Resultados das Notificações Eletrônicas de Lançamentos de Débitos

Ref.: jan a dez/2013

Quant. de contribuintes notificados	2.757
Valor dos créditos lançados (R$)	44.715.954,72
Média de lançamentos por contrib. notificados (R$)	**16.219,06**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Programa de Recuperação de Créditos Tributários - REFAZ

O REFAZ foi instituído pela Lei nº 5.751, de 11.06.2013, após gestão compartilhada da Administração Municipal com os órgãos de representatividade da sociedade civil organizada, mediante a realização do **Fórum do REFAZ**, em 14.03.2013, com o **objetivo** de incrementar a arrecadação das receitas próprias.

REDUÇÃO (Juros e Multas)	
Até 31.jul.2013	
Parcela	%
Única	100
6	80
7 a 12	70
13 a 24	60
25 a 48	50

REDUÇÃO (Juros e Multas)	
A partir de 01.ago.2013	
Parcela	%
Única	50
6	40
7 a 12	30
13 a 24	20
25 a 38	10

Fonte: Lei Municipal nº 5.751/2013

Por este programa, a Prefeitura tornou possível, aos contribuintes em débito com tributos municipais, até 11.06.2013, o pagamento à vista ou parcelado, com redução de juros e multas, em escala da quantidade de parcelas, respeitado o valor mínimo estabelecido para cada uma. Desta forma, tanto o setor empresarial, quanto a classe trabalhadora, contaram com alternativas acessíveis para quitação de seus débitos, sem comprometer seus investimentos/salários.

As **adesões** totalizaram de **10.875 contribuintes**, sendo 80% destes inadimplentes de tributos imobiliários. A média mensal de adesões foi de 1.545.

O **levantamento** total de créditos foi da ordem de **R$ 61,9 milhões**, tendo sido **negociados R$ 46,8 milhões**, considerando **R$ 15,1 milhões de descontos** concedidos (24%).

Como resultado, foram **recuperados** nos meses de junho a dezembro **R$ 22 milhões**, sendo R$ 15 milhões em créditos imobiliários e R$ 7 milhões em créditos mobiliários. Os quadros a seguir.

Dos R$ 22 milhões arrecadados, **70%** foram recebidos **à vista (R$ 15,4 milhões)** e **30%** foram oriundos de **parcelameto (R$ 6,6 milhões).**

REFAZ - 2013 - Valores Arrecadados

Jan a dez/2013

	Trib. Mobiliários	Trib. Imobiliários	Total
À Vista	3.419.212,38	11.985.247,67	**15.404.460,05**
Parcelado	3.593.781,11	3.028.656,45	**6.622.437,56**
Total	**7.012.993,49**	**15.013.904,12**	**22.026.897,61**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Notificação aos cartórios – jan-dez/2013

Como resultado das notificações apresentadas pelo Fisco Municipal aos cartórios de São Luís para recolhimento do ISSQN pertinente à atividade econômica de enquadramento foi levantado um total de R$ 14,4 milhões, conforme abaixo demonstrado.

Resultados das notificações aos cartórios de São Luís

Ref.: 2013

Ano	Total autuado
2008	1.991.891,87
2009	2.126.926,29
2010	2.662.884,00
2011	2.770.623,40
2012	3.574.497,97
2013	1.267.121,89
Total	**14.393.945,42**

Fonte: SIAT

Fiscalização de Empresas – jan-dez/2013

Foram lavrados **897 autos de infração** no exercício de 2013, estando em processo de defesa apenas 35 autos. O **levantamento total de créditos** para o município foi da ordem de **R$ 102,6 milhões**. Deste total, foram **arrecadados** à vista cerca de **R$ 1 milhão**, conforme abaixo demonstrado.

Resultados da Ação Fiscal

Ref.: jan a dez/2013
Em mil Reais correntes

Mês	Qtd. Autos de Infração	Valor Levantado	Valor Pago	Valor Parcelado	Qtd. de Defesa
jan/13	51	1.674,83	126,48	-	1
fev/13	90	57.981,34	162,35	128,92	5
mar/13	75	1.946,01	104,12	6,11	4
abr/13	112	942,33	10,71	-	3
mai/13	164	2.121,32	151,14	51,53	3
jun/13	191	6.930,58	441,29	1,69	4
jul/13	55	595,05	36,93	-	0
ago/13	86	3.157,89	10,16	17,92	2
set/13	28	40,71	4,80	-	1
out/13	20	2.804,32	0,71	-	2
nov/13	17	15.723,44	6,28	-	8
dez/13	8	8.657,29	-	-	2
Total	**897**	**102.575,11**	**1.054,97**	**206,18**	**35**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Setor de Inteligência Fiscal

A Inteligência Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda foi instituída com o objetivo de apoiar a formulação de programas de fiscalização, acompanhamento e análise das receitas tributárias e possibilitar simulações dos efeitos sobre a arrecadação, produzidos por mudanças na legislação tributária do município de São Luís. Como resultados da área, foram inscritos em dívida ativa o total de R$ 109,4 milhões e ajuizados R$ 65,7 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Resultados das Ações de Inteligência Fiscal

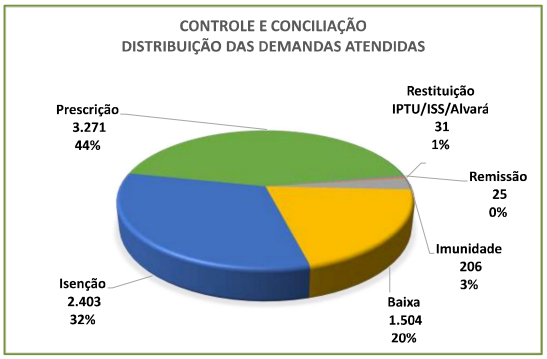
Ref.: jan-dez/2013

Crédito	Imobiliário	Mobiliário	Total
Inscritos em dívida ativa	63.366.133,06	46.087.398,81	**109.453.531,87**
Ajuizados	43.880.642,07	21.820.307,00	**65.700.949,07**
Total	**107.246.775,13**	**67.907.705,81**	**175.154.480,94**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Controle e Conciliação

Foram implantadas 7.440 registros para efetivar o resultado de demandas de contribuintes em 2013. Deste total, 3.271 foram relativos a processos de prescrição de débitos e 2.403 a processos de isenção, correspondendo a 44% e 32%, respectivamente. O quadro abaixo discrimina os procedimentos havidos ao longo dos meses do exercício.



Desempenho dos atendimentos às demandas de controle e concilia

Ref.: jan-dez/2013

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Remissão	-	1	3	8	2	-	1	2	1	3	4	-	**25**
Restituição IPTU/ISS/Alvará	2	1	3	5	1	-	2	2	3	6	4	2	**31**
Imunidade	-	1	-	20	46	31	40	34	-	14	12	8	**206**
Baixa	54	51	139	117	199	131	73	86	164	203	159	128	**1.504**
Isenção	10	79	288	166	344	452	467	256	209	82	40	10	**2.403**
Prescrição	179	511	584	132	97	209	151	235	232	839	73	29	**3.271**
Total	**245**	**644**	**1.017**	**448**	**689**	**823**	**734**	**615**	**609**	**1.147**	**292**	**177**	**7.440**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Cadastro Econômico

O cadastro econômico do Município conta com 81.426 inscrições, sendo 57.500 ativas e 24.043 inativas.

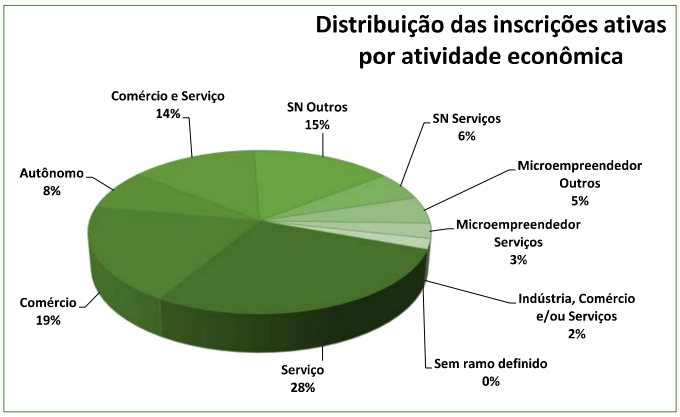
Cadastro Econômico - Inscrições Abertas

Ref.: jan-dez/2013

Atividade Econômica	Anos anteriores	2011	2012	2013	Total	Ativa	Não ativa
Serviço	19.650	1.356	1.242	1.196	**23.444**	16.170	7.298
Comércio	14.015	1.207	1.062	893	**17.177**	10.984	6.204
Autônomo	11.267	286	362	337	**12.252**	4.599	7.672
Comércio e Serviço	7.465	684	632	655	**9.436**	7.823	1.632
SN Outros	8.413	278	255	257	**9.203**	8.706	499
SN Serviços	2.578	296	289	225	**3.388**	3.238	150
Microempreendedor Outros	1.003	694	637	744	**3.078**	3.041	60
Microempreendedor Serviços	449	368	425	511	**1.753**	1.733	33
Indústria, Comércio e/ou Serviços	1.355	106	82	97	**1.640**	1.197	449
Sem ramo definido	50	1	1	3	**55**	9	46
Total	**66.245**	**5.276**	**4.987**	**4.918**	**81.426**	**57.500**	**24.043**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

A atividade econômica Serviço representa 28% do total de inscrições ativas existentes no cadastro mobiliário, seguida do Comércio, com 19%, dos SN Outros, com 15%, do Comércio e Serviços, com 14%, e dos Autônomos, com 8%. As demais atividades somam 16%, sendo a metade composta por Microempreendedores.



Foros e Laudêmios

Em 2013, foram emitidas 9 certidões negativas de foros, efetuados 37 resgates de aforamento e 268 transferências de aforamento.

Consulta, Revisão e Julgamento

Quantidade de Processos de Consulta, Revisão e Julgamento

Ref.: jan a dez/2013

Consulta	5
Julgamento	291
Pareceres	288
Média de lançamentos por contrib. notificados (R$)	**584**

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

A área analisou 5 consultas, 291 julgamentos e 288 pareceres, totalizando 584 processos. Deste total, 50% corresponderam a julgamentos.

4.2 Gestão Administrativa-Financeira

Obrigações Judiciais

Os débitos com precatórios da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho relativos a exercícios anteriores a 2013, foram parcelados neste exercício, cabendo o pagamento de R$ 800 mil por mês, de abril a dezembro de 2013. A partir de 2014, o pagamento deverá corresponder a 1/12 de 1% da Receita Corrente Líquida prevista. O quadro abaixo evidencia a os pagamentos mensais das obrigações judiciais de janeiro a dezembro de 2013.

Ref.: jan a dez/2013

Mês Pgto.	Precatórios	RPV	Bloqueios	Sequestros	TOTAL
jan/13			2.000.000,00		2.000.000,00
fev/13		52.754,69	2.000.000,00	10.000,00	2.062.754,69
mar/13			2.000.000,00	17.238,38	2.017.238,38
abr/13		38.301,35	2.000.000,00	11.807,78	2.050.109,13
mai/13	1.600.000,00	42.714,44	2.000.000,00	26.657,92	3.669.372,36
jun/13	800.000,00	4.363,49	2.000.000,00	63.058,03	2.867.421,52
jul/13	800.000,00	241.708,85	2.000.000,00	6.440,90	3.048.149,75
ago/13	800.000,00	6.723,67	2.000.000,00		2.806.723,67
set/13	800.000,00	11.737,10	2.000.000,00		2.811.737,10
out/13	800.000,00	32.602,82	2.000.000,00		2.832.602,82
nov/13	800.000,00		2.000.000,00		2.800.000,00
dez/13	800.000,00	22.709,80	2.000.000,00		2.822.709,80
Total	**7.200.000,00**	**453.616,21**	**24.000.000,00**	**135.203,01**	**31.788.819,22**

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

Dívida Fundada

Abaixo, quadro com os contratos de financiamentos que atualmente compõem a Dívida Fundada do Município, seguidos dos pagamentos realizados em 2013.

Dívida Consolidada

CONTRATO 94/003-6 BNB
CONTRATO 94/033-6 - UNIÃO
DRENAGEM URBANA - CONTRATO 0036026-55
12 - PROMORADIA - CONTRATO 0059717-97
PROMORADIA - CONTRATO 0059712-80
PRO-MORADIA - CONTRATO 0036168-57
PROMORADIA - CONTRATO 0059714-29
PRO-SANEAR - CONTRATO 0036027-70
SIT - CONTRATO 99.2.518.3.1
PROMOB - CONTRATO 21/13666-1
PROVIAS - CONTRATO 21/13667-X
PNAFM / CEF
PAC-SANEAMENTO-COHATRAC BNDES nº 08.2.1133
PRÓ-TRANSPORTE - 2654.351779-24/2012

Externa
PBB - PROGRAMA BACIA DO BACANGA

Mês Pgto.	Lagoa da Jansen	Pró-Sanear	BNDES	TOTAL
jan/13	527.012,60	94.425,84	88.190,38	709.628,82
fev/13	528.762,85	94.419,80		623.182,65
mar/13	530.254,38	94.418,07		624.672,45
abr/13	531.325,77	93.387,80	81.389,06	706.102,63
mai/13	532.080,39	93.381,69		625.462,08
jun/13	532.037,85	93.375,58		625.413,43
jul/13	535.985,09	93.387,51	82.299,41	711.672,01
ago/13	537.335,32	93.381,32		630.716,64
set/13	538.097,78	93.546,66		631.644,44
out/13	546.124,85	93.456,09	102.153,08	741.734,02
nov/13	550.776,56	93.467,77	146.085,56	790.329,89
dez/13	552.328,54	93.504,35	135.106,55	780.939,44
Total	**6.442.121,98**	**1.124.152,48**	**635.224,04**	**8.201.498,50**

Recolhimento do PASEP

Mensalmente é recolhido para a Receita Federal 1% das receitas arrecadadas pela Administração Municipal, a título de Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). De janeiro a dezembro de 2013 foram recolhidos o valor de R$ 17 milhões, evidenciados abaixo:

Ref.: jan a dez/2013

Mês Pgto.	TOTAL
out/12	909.136,13
nov/12	1.156.298,81
dez/12	1.715.097,81
jan/13	1.342.165,78
fev/13	1.213.636,49
mar/13	519.680,08
abr/13	1.241.710,41
mai/13	1.106.482,37
jun/13	1.074.875,31
jul/13	1.067.387,06
ago/13	1.081.546,26
set/13	1.117.041,42
out/13	1.003.599,99
nov/13	997.545,85
dez/13	1.477.855,19
Total	**17.024.058,96**

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

Pagamento dos Termos de Ajustamento de Conduta

A Prefeitura celebrou com o Ministério Público termos de ajustamento de conduta, relativos aos serviços de transporte público urbano. A seguir apresenta-se os pagamentos efetuados das parcelas definidas oficialmente, as quais totalizaram R$ 17,5 milhões.

Mês Pgto.	Parcela	TACII /2011 Sindicato Transportes	Parcela	TAC I /2012 Sindicato Transportes	Parcela	TAC II /2013 Repasse SMTT	TOTAL
jan/13							-
fev/13			2ª	1.105.950,00			1.105.950,00
mar/13			3ª	1.105.950,00			1.105.950,00
abr/13			4ª	1.105.950,00			1.105.950,00
mai/13			5ª	1.105.950,00			1.105.950,00
jun/13			6ª	1.105.950,00	1ª	**2.000.000,00**	3.105.950,00
jul/13					2ª e 3ª	**4.000.000,00**	4.000.000,00
ago/13							-
set/13	1ª e 2ª	4.000.000,00					-
out/13	3ª	2.000.000,00					-
nov/13					4ª e 5ª	4.000.000,00	4.000.000,00
dez/13					6ª	2.000.000,00	2.000.000,00
Total		**6.000.000,00**		**5.529.750,00**		**12.000.000,00**	**17.529.750,00**

Parcelamento da CEMAR

O Município firmou com a CEMAR um acordo de parcelamento dos débitos vencidos até 2012, no total de R$ 5.859.816,48 (atualizados até jul/2013), em **36** parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R$ 162.772,68. A primeira parcela foi paga em 13.08.2013. No exercício, os pagamentos totalizaram R$ 813 mil.

Ref.: ago/2013

Mês Pgto.	Parcela	Valor
ago/13	**1ª/36**	162.772,68
set/13	**2ª/36**	162.772,68
out/13	**3ª/36**	162.772,68
nov/13	**4ª/36**	162.772,68
dez/13	**5ª/36**	162.772,68
TOTAL		**813.863,40**

Pagamento do Funcionalismo

A Prefeitura de São Luís, nesta atual gestão, não mediu esforços para honrar o pagamento da folha de pessoal referente a dezembro/2012, ainda que em três parcelas; o que possibilitou o pagamento em dia nos meses que se seguiram, além da antecipação da primeira parcela do 13º Salário, em maio/2013, logo seguido pelo reajuste salarial legal. Os pagamentos relativos às folhas de pessoal encontram-se detalhados no quadro a seguir.

Ref.: jan-dez/2013

Dt. Pgto.	Mês Pgto.	Valor
09.01.2013	dez/12 1ª parcela	25.471.001,78
06.02.2013	dez/12 2ª parcela	9.639.590,64
07.03.2013	dez/12 3ª parcela	3.023.434,68
	Total dez/2012	**38.134.027,10**
31.01.2013	jan/13	63.316.298,37
28.02.2013	fev/13	63.925.263,54
27.032.013	mar/13	63.973.454,55
30.04.2013	abr/13	61.481.644,13
20.05.2013	13º - 1ª parcela	26.696.189,16
31.05.2013	mai/13	62.028.015,28
13.06.2013	Reajuste	10.682.002,16
28.06.2013	jun/13	69.833.921,73
31.07.2013	jul/13	68.229.702,76
30.08.2013	ago/13	69.163.113,49
31.09.2013	set/13	67.538.324,55
31.10.2013	out/13	67.333.124,64
29.11.2013	nov/13	67.598.282,64
16.12.2013	13º - 2ª parcela	25.207.666,63
25.12.2013	dez/13	69.931.629,57
	Total dez/2013	**856.938.633,20**

Pagamento de Fornecedores

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram desembolsados cerca de R$ 1.036 milhões para pagamento de fornecedores e prestadores e serviços da Prefeitura, tanto referentes a restos a pagar de exercícios anteriores quanto do exercício atual.

Ref.: 2013

	Valor Liquidado	Valor Pago	TOTAL
Restos a Pagar	565.485.493,47	125.965.454,24	439.520.039,23
Exer. 2013	966.742.005,31	910.735.154,13	56.006.851,18
Total	**1.532.227.498,78**	**1.036.700.608,37**	**495.526.890,41**

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento